

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

GESIENY LAURETT NEVES DAMASCENO

**A APOSIÇÃO NOS GÊNEROS *EDITORIAL* E *ARTIGO DE OPINIÃO*:
UM ENFOQUE FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM**

VITÓRIA
2011

GESIENY LAURETT NEVES DAMASCENO

**A APOSIÇÃO NOS GÊNEROS *EDITORIAL* E *ARTIGO DE OPINIÃO*:
UM ENFOQUE FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

**VITÓRIA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

D155a Damasceno, Gesieny Laurett Neves, 1980-
A oposição nos gêneros *editorial* e *artigo de opinião*: um
enfoque funcionalista da linguagem / Gesieny Laurett Neves
Damasceno. – 2011.
118 f. : il.

Orientadora: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Linguística. 2. Oposição. 3. Análise funcional. I. Rocha,
Lúcia Helena Peyroton da, 1960-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 82

GESIENY LAURETT NEVES DAMASCENO

A APOSIÇÃO NOS GÊNEROS EDITORIAL E ARTIGO DE OPINIÃO: UM
ENFOQUE FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 29 de março de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha – Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. José Carlos de Azeredo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Hilda de Oliveira Olímpio
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Aucione das Dores Smarsaro
Universidade Federal do Espírito Santo

Ao meu Pai Celestial, por Seu amor incondicional e por conduzir a minha vida a caminhos inimagináveis.

À minha mãe, Cenia, pelas constantes orações, que me sustentaram nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, Paulo, por também ter me ensinado a mensagem da Cruz, da qual jamais me distanciarei.

Ao meu amado esposo, Pedro, pelas palavras de incentivo e pelas inúmeras ajudas.

À minha irmã Gediane, por ter sido instrumento de Deus para me abençoar em diversos momentos dessa trajetória acadêmica.

Aos meus irmãos, Gideone e Jedaías, pelas gargalhadas e pelo estímulo.

À minha irmã Sarah, por ser tão carinhosa e compreensiva.

Ao meu cunhado Beto, pelo exemplo de fé e compromisso com a Palavra.

Às minhas cunhadas Érika e Cinthia, pelas orações.

À minha sobrinha Elisa, por ser motivo de grande alegria para todos nós.

À minha nova família, D. Lúcia, Luciana, Anchieta, Isabela, Vinícius, Andréia, Rebeca, Talita, Marcelo e Luanda, pelas orações e palavras de incentivo.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por ter tido a extraordinária percepção de que o tema da aposição merecia maior atenção. Por intermédio da sua sensibilidade como pesquisadora, e, contrariando a expectativa de muitos, que enxergavam a aposição como um fenômeno pouco produtivo, o assunto aqui discutido nos trouxe grandes alegrias: dois projetos de iniciação científica, uma monografia e, agora, esta dissertação de mestrado.

Ao professor José Carlos de Azeredo, pela disponibilidade em contribuir.

À professora Hilda de Oliveira Olímpio, pelas considerações extremamente pertinentes.

Aos demais professores do Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo compromisso com a Linguística.

Às minhas colegas Gabriela, Juliene, Íris, Flávia e Sílvia, pelos momentos de desabafo e pelas preciosas ajudas.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo, FAPES, pela bolsa de estudo recebida durante o curso.

"Não há assuntos esgotados, há homens esgotados diante de certos assuntos. A idéia de que chegamos a um tempo de exaustão é falsa".

(Maria José de Queiroz)

DAMASCENO, Gesieny Laurett Neves. *A aposição nos gêneros editorial e artigo de opinião: um enfoque funcionalista da linguagem*. Vitória – ES, 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

Objetivou-se, nesta pesquisa, investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião. O presente estudo desenvolveu-se no intuito de dar comprovação à hipótese de que os aspectos formais, semânticos e discursivos das construções apositivas estão estritamente relacionados com os propósitos sociocomunicativos dos gêneros selecionados. Quanto ao *corpus* da pesquisa, foram analisadas 85 (oitenta e cinco) ocorrências de aposição nos gêneros editorial e artigo de opinião, veiculados na revista *Veja* e nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*. Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. A partir das análises feitas quanto à frequência de determinadas formas sintáticas, relações semânticas e funções textual-discursivas, concluímos a pesquisa inferindo que as construções apositivas contribuem de maneira significativa para o cumprimento dos propósitos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião.

Palavras-chave: aposição; Funcionalismo linguístico; gênero textual.

DAMASCENO, Gesieny Laurett Neves. *A aposição nos gêneros editorial e artigo de opinião: um enfoque funcionalista da linguagem*. Vitória – ES, 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo.

ABSTRACT

This work evaluated the correlation between appositive constructions and communicative goals of editorial and opinion article genera. The research was carried out to attest the hypothesis that discursive, formal and semantic aspects of appositive constructions are strictly related to the socio-communicative goals of the selected genera. Regarding the research *corpus*, eighty-five occurrences of apposition in the genera editorial and opinion article from *Veja* magazine and *Folha de S. Paulo* and *A Gazeta* newspapers were analyzed. Functionalism linguistic concepts were selected as theory basis for the proposed discussions, because this linguistic approach studies the relation between grammatical structure of languages and the different communicative contexts in which they are used. After the frequency analysis of determinate syntactic forms, semantic relations and textual-discursive functions, it was concluded that appositive constructions significantly contribute to the accomplishment of communicative goals of editorial and opinion article genera.

Keywords: apposition; Functionalism linguistic, textual genre.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS | 12 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. O APOSTO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS | 17 |
| 1.1. APOSTO: UM TERMO ACESSÓRIO | 17 |
| 1.2. PONTOS DE DIVERGÊNCIA..... | 19 |
| 1.2.1. O aposto atributivo ou explicativo..... | 19 |
| 1.2.2. Os apostos enumerativo e recapitulativo | 21 |
| 1.2.3. O aposto especificativo | 25 |
| 1.2.4. O aposto circunstancial..... | 26 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 30 |
| 2.1. FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO: ALGUNS PRESSUPOSTOS | 30 |
| 2.2. O FUNCIONALISMO DE HALLIDAY | 35 |
| 2.3. A APOSIÇÃO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONAL..... | 38 |
| 2.3.1. O conceito de aposição segundo Halliday..... | 39 |
| 2.3.2. O protótipo de aposição | 42 |
| 2.3.3. Funções textual-discursivas da aposição..... | 53 |
| 2.3.3.1. Referenciação textual..... | 53 |
| 2.3.3.2. Reformulação textual..... | 54 |
| 2.3.3.3. Função cognitiva: identificação de referentes | 57 |
| 2.3.3.4. Função argumentativo-atitudinal | 59 |
| 3. METODOLOGIA | 60 |
| 3.1. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> | 60 |

| | |
|--|------------|
| 3.2. CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> : OS GÊNEROS TEXTUAIS | 64 |
| 3.3. O DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO: OS GÊNEROS <i>EDITORIAL</i> E <i>ARTIGO DE OPINIÃO</i> | 68 |
| 4. ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS GÊNEROS <i>EDITORIAL</i> E <i>ARTIGO DE OPINIÃO</i> | 73 |
| 4.1. AS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS EDITORIAIS – ASPECTOS GERAIS | 73 |
| 4.1.1. Aspectos formais das construções apositivas | 77 |
| 4.1.2. Relações semânticas entre as unidades em aposição | 81 |
| 4.1.3. Funções textual-discursivas das construções apositivas | 88 |
| 4.2. AS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS ARTIGOS DE OPINIÃO – ASPECTOS GERAIS..... | 93 |
| 4.2.1. Aspectos formais das construções apositivas | 96 |
| 4.2.2. Relações semânticas entre as unidades em aposição | 101 |
| 4.2.3. Funções textual-discursivas das construções apositivas | 108 |
| CONCLUSÃO | 114 |
| REFERÊNCIAS..... | 117 |

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

| | |
|---|------------|
| Tabela 01: Constituição do <i>corpus</i> : gênero editorial | 60 |
| Tabela 02: Constituição do <i>corpus</i> : gênero artigo de opinião | 61 |
| Tabela 03: Formas sintáticas das construções apositivas nos editoriais | 77 |
| Tabela 04: Formas sintáticas das construções apositivas nos artigos de opinião ... | 96 |
| Gráfico 01: Frequência das relações semânticas nos editoriais | 83 |
| Gráfico 02: Frequência das funções textual-discursivas nos editoriais | 90 |
| Gráfico 03: Frequência das relações semânticas nos artigos de opinião | 101 |
| Gráfico 04: Frequência das funções textual-discursivas nos artigos de opinião ... | 109 |

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, focalizamos a análise das construções apositivas nos gêneros editorial e artigo de opinião. Como evidencia Dias (2004, p. 64), a construção apositiva é constituída por duas unidades: a unidade A, base, e a unidade B, apositiva. Nos compêndios tradicionais, a unidade B da aposição, isto é, o elemento sintático aposto, é apresentado como uma construção que, basicamente, reduplica o chamado termo fundamental quanto às funções sintática e referencial e veicula uma informação secundária, quase sempre dispensável ao entendimento do enunciado. De acordo com esta concepção, o aposto, por ser um termo acessório, exerce a (sub)função de explicar, esclarecer ou especificar um termo (LUFT, 2002).

Por entendermos que tais proposições da gramática tradicional precisam ser revistas a partir do uso efetivo da língua e por percebermos que as unidades apositivas, além das funções já divulgadas nas gramáticas normativas, apresentam características formais, semânticas e discursivas que contribuem no cumprimento da função sociocomunicativa dos gêneros, propusemo-nos a analisar a relação existente entre as diversas funções exercidas pela aposição e os propósitos comunicativos dos editoriais e dos artigos de opinião. A escolha desses dois gêneros foi motivada pelo fato de ambos serem classificados como gêneros jornalísticos opinativos. Entretanto, conforme discutiremos ao longo da pesquisa, verificamos que, por serem textos assinados, nos artigos de opinião o autor expõe de forma mais explícita suas crenças e opiniões a respeito do tema debatido. Em contraposição, não há, nos editoriais, uma exibição evidente de opiniões, mas sim uma argumentação pautada, sobretudo, em informações.

Tendo em vista as especificidades dos gêneros em questão, os principais objetivos deste trabalho são: (i) identificar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião; (ii) descrever as relações formais, semânticas e discursivas entre as unidades em aposição; (iii) demonstrar a diversidade de análises e classificações da unidade B da aposição, o elemento sintático aposto; (iv) reavaliar a classificação do editorial como gênero predominantemente opinativo.

A presente pesquisa desenvolve-se no intuito de dar comprovação à seguinte hipótese: os aspectos formais, semânticos e discursivos das construções

apositivas estão estritamente relacionados aos propósitos sociocomunicativos dos gêneros analisados. Desta forma, entendemos que a frequência das formas sintáticas, das relações semânticas e das funções textual-discursivas está relacionada aos objetivos enunciativos dos gêneros editorial e artigo de opinião.

Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. No tratamento do tema específico desta pesquisa – a aposição –, baseamo-nos nas proposições teóricas do funcionalismo de Halliday (1985) e no referencial analítico desenvolvido, também dentro do quadro funcionalista, por Nogueira (1999), além das reflexões de linha discursiva feitas por Azeredo (2003).

Adotamos o conceito de aposição proposto por Halliday (1985), para quem tal construção se enquadra no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração, em que a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

Os estudos de Nogueira (1999) forneceram a esta pesquisa o fundamento da prototipia. Ao adotar uma categorização por protótipos, a autora abandona o estudo da língua em termos de categorias discretas e, ao invés de buscar determinar se uma estrutura pertence ou não à categoria das construções apositivas, procura trazer algumas reflexões sobre a extensão em que uma determinada estrutura pertence a essa categoria (NOGUEIRA, 1999, p. 219).

Além da categorização por protótipo, os estudos de Nogueira (1999) sobre os gêneros técnico, oratório e dramático forneceram a esta pesquisa os conceitos de relação semântica entre as unidades apositivas, bem como fundamentaram as discussões quanto às funções textual-discursivas das aposições nos textos.

Por também procurar analisar as construções apositivas a partir de uma perspectiva discursiva, as considerações de Azeredo (2003) foram significativamente determinantes para enxergarmos a aposição como um processo de referenciação dotado de intenções de sentidos e de ideologias.

Quanto ao *corpus* desta dissertação, foram analisadas 85 (oitenta e cinco) ocorrências de aposição nos gêneros editorial e artigo de opinião, veiculados na revista *Veja* e nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta* (de Vitória/ES). O percentual de ocorrências de determinadas formas sintáticas, relações semânticas e funções textual-discursivas foi quantificado, a fim de estabelecermos a correlação entre a repetição de tais fatores e os propósitos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião. A quantidade de palavras de cada texto também foi contabilizada e, considerando o fato de os editoriais serem constituídos de textos significativamente menores em relação aos artigos de opinião, a amostra referente a este gênero foi maior: foram selecionados 13 (treze) editoriais e 04 (quatro) artigos de opinião. Com o intuito de aproximar os textos em relação ao tema debatido, elegemos para os dois gêneros quatro assuntos principais: eleição de Barack Obama, corrupção política, chefes de Estado populistas e crise econômica.

A presente dissertação compõe-se, basicamente, de quatro partes. Na primeira parte, no capítulo intitulado *O aposto nas gramáticas tradicionais*, consta uma descrição sobre como a aposição – mais especificamente o elemento sintático aposto – é apresentada nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa. Nesse capítulo, além de averiguarmos os conceitos divulgados pelos gramáticos, elencamos seus pontos de divergência em relação à classificação do aposto.

Também foram expostas, no primeiro capítulo, as contribuições de alguns linguistas que já fizeram suas leituras críticas a respeito das ponderações dos gramáticos tradicionais e chegaram a algumas conclusões importantes sobre a diversidade de análise e conceituação do aposto. São eles: Azeredo (2003), Haug (1987), Nogueira (1999) e Olímpio (2004).

No segundo capítulo, intitulado *Funcionalismo linguístico: alguns pressupostos*, procuramos caracterizar a corrente teórica funcionalista, evidenciando suas principais concepções. No tópico *O funcionalismo de Halliday*, apresentamos a vertente teórica da Linguística Sistemico Funcional, cujo principal representante é Halliday. Apesar de não termos a intenção de nos aprofundarmos na perspectiva da Linguística Sistemico Funcional, citamos seus pressupostos fundamentais com o intuito de situar os estudos hallidayanos.

Consta, ainda, desse capítulo, uma resenha de como o fenômeno da aposição é descrito na corrente funcionalista. Destacamos, nessa parte da pesquisa, os conceitos de Halliday (1985) para o fenômeno da aposição e os estudos de

Nogueira (1999), que tiveram importância significativa, não só na construção do aporte teórico, mas, também, no direcionamento metodológico.

Na terceira parte da pesquisa, no capítulo *Metodologia*, procuramos evidenciar, primeiramente, a delimitação do objeto de estudo e descrever os procedimentos adotados para constituição do *corpus* e análise das estruturas apositivas. Na sequência, nos tópicos *Caracterização do corpus: os gêneros textuais* e *O domínio discursivo jornalístico: os gêneros editorial e artigo de opinião*, buscamos explicitar o conceito de gênero textual à luz da Linguística Textual e caracterizar os gêneros editorial e artigo de opinião quanto aos aspectos formais e aos propósitos sociocomunicativos.

Finalmente, na última parte da pesquisa, no capítulo *Análise das construções apositivas nos gêneros editorial e artigo de opinião*, analisamos as construções apositivas veiculadas nos gêneros selecionados, considerando os aspectos formais, semânticos e discursivos. Nesse capítulo, buscamos aplicar as propostas de Nogueira (1999) para análise das posições a partir de alguns preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico, como a noção de prototipia. São demonstradas, nesse capítulo, análises quantitativas dos dados, que corroboram a hipótese de que o uso das construções apositivas está relacionado aos objetivos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião.

1. O APOSTO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

1.1. APOSTO: UM TERMO ACESSÓRIO

Nos estudos tradicionais, as funções sintáticas estão subdivididas em *Essenciais* (sujeito e predicado), *Integrantes* (complemento nominal, complemento verbal e agente da passiva) e *Acessórias* (adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto). De acordo com a concepção das gramáticas normativas, os chamados “Termos Acessórios” – dentre os quais se encontra o aposto – são considerados elementos secundários, adicionais e não fundamentais para o entendimento do enunciado. Pinheiro (1990, p. 46), por exemplo, advoga que, enquanto os Termos Integrantes são exigências para que a oração tenha sentido completo, os Termos Acessórios que nela aparecem têm efeito meramente informativo. Para Cunha (1979, p. 158), os Termos Acessórios se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, segundo o gramático, não são indispensáveis ao entendimento do enunciado, o que justifica sua denominação.

De um modo geral, o aposto é definido, nas gramáticas tradicionais, como um termo de caráter nominal que se junta a seu antecedente, chamado de fundamental, a título de explicação ou esclarecimento. Os dois termos designam sempre o mesmo ser, o mesmo fato ou a mesma ideia e, por possuírem o mesmo valor sintático, a relação sintática entre eles é de coordenação. Podem vir separados por uma pausa ou simplesmente justapostos.

Segundo Cunha (1979, p. 164), o aposto pode ser encontrado no sujeito, no predicativo, no complemento nominal, no objeto direto, no objeto indireto, no agente da passiva, no adjunto adverbial, no aposto e no vocativo. São exemplos de aposto citados por Cunha (1979):

[1] Nós já tínhamos imaginado, mamãe e eu, fazer uma grande peregrinação.

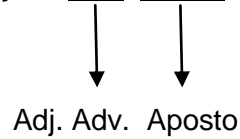


Sujeito



Aposto

[2] Você não tem relações aqui, no Rio, menino?



[3] Ele era o famoso Ricardão, o homem das beiras do Verde Pequeno.



Ainda de acordo com Cunha (1979), o aposto pode, também, ser representado por uma oração, ou referir-se a uma oração inteira. O autor cita os seguintes exemplos:

[4] A outra metade tocara aos sobrinhos, com uma condição expressa: *que o legado só lhes fosse entregue trinta anos depois.*

[5] Pediu que lhe fornecessem papel de carta e que lhe restituíssem a sua caneta, o *que lhe foi concedido*.

Ao afirmarem que o termo acessório aposto, embora traga um dado novo à oração, não é essencial para a compreensão do enunciado, os gramáticos misturam os critérios sintáticos e semânticos e veiculam uma definição que, do ponto de vista do uso efetivo da língua, não possui fundamento. Se for considerado apenas o critério formal, realmente, muitas são as ocorrências em que o aposto pode ser suprimido da oração sem que esta se torne inaceitável do ponto de vista sintático, como no exemplo [1], citado por Cunha (1979). Entretanto, se analisados os critérios semânticos e discursivos, conforme veremos nas discussões propostas neste trabalho, não podemos afirmar que a supressão da segunda unidade da construção apositiva não trará danos à compreensão do enunciado, visto que tal elemento exerce importantes funções no processo comunicativo, seja no auxílio à identificação do referente, seja na construção da argumentação e persuasão dentro dos gêneros discursivos.

1.2. PONTOS DE DIVERGÊNCIA

Ao contrário do que se espera, no que diz respeito à conceituação e à identificação do aposto, existe, nas gramáticas normativas de língua portuguesa, uma diversidade de análises que geram muitas controvérsias. Apontaremos, a seguir, algumas dessas divergências de conceituação, classificação e identificação.

1.2.1. O aposto atributivo ou explicativo

Alguns gramáticos restringem a função de aposto ao termo ou expressão de carácter substantivo, outros a estendem ao adjetivo.

Cunha e Cintra (2007), Evanildo Bechara (2003), Luiz Antonio Sacconi (1989) e Adriano da Gama Kury (2008) são alguns dos adeptos da primeira posição:

Uma idéia fundamental contida num termo **de valor substantivo**, em qualquer função sintática, pode ser continuada, explicada (inclusive por comparação), desenvolvida ou resumida num termo acessório, seu equivalente ou adjunto, **também necessariamente substantivo**, APOSTO (KURY, 200, p. 57) (grifos do autor).

Cunha e Cintra (2007, p. 173) enfatizam que não se deve confundir o aposto com o adjetivo que, em função de predicativo, costuma vir separado do substantivo que modifica por uma pausa sensível (indicada geralmente por vírgula na escrita). Assim sendo, numa oração como a seguinte,

[6] E a noite, *muda e calma*, vai descendo...

os adjetivos *muda e calma* funcionam como predicativo do sujeito de um predicado verbo-nominal, não como aposto. Para os autores, raciocínio semelhante aplica-se à análise de orações elípticas, cujo corpo se reduz a um adjetivo, que nelas desempenha a função de predicativo. Em frases do tipo:

[7] *Rico*, desdenhava dos humildes.

o adjetivo *rico* não é aposto, mas equivale a uma oração adverbial causal [= porque era rico], e exerce, nesse contexto, a função de predicativo (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 173).

Posição inversa é adotada por Luft (2002, p. 67), para quem o aposto pode ser um adjetivo. O autor apresenta, como exemplo de aposto atributivo ou explicativo, os adjetivos nas seguintes frases:

[8] *Irritado*, retirou-se da sala.

[9] *Satisfeitos*, os alunos corriam pelo pátio.

[10] *Impulsivo e rixento*, seus colegas o evitavam.

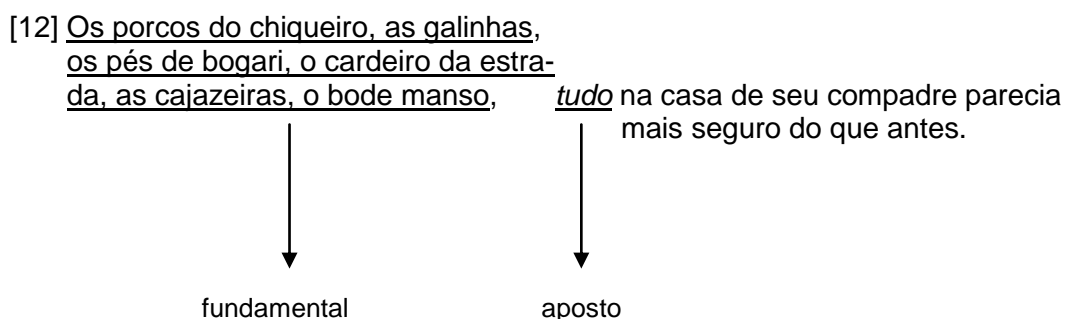
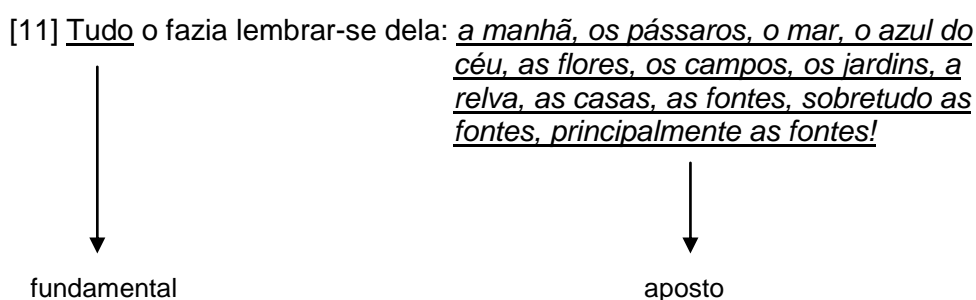
Para Haury (1987, p. 132), a tradução ou interpretação descuidada das construções apositivas do adjetivo, sistematizadas por autores franceses e espanhóis, e o emprego indiscriminado do termo aposição explicam a inclusão do adjetivo na função de aposto. No dizer de Haury (1987, p. 132), “foram o ‘adjectif en apposition’ ou a ‘apposition prédicative’ de autores franceses que geraram o ‘aposto predicativo’ das nossas gramáticas normativas”. Assim, a respeito do emprego do adjetivo como aposto, a autora posiciona-se afirmando que,

Considerando-se o aposto como uma das funções do substantivo (ou termo equivalente) como era em latim, conclui-se que o adjetivo não pode funcionar como aposto, exceto quando substantivado ou quando, referindo a um substantivo em elipse, com ele formar um todo representativo do fundamental. (*Imortal*, Deus presencia todas as mortes) (= ser imortal) (HAURY, 1987, p. 133).

Por também entendermos que o adjetivo não pode exercer a função de aposto – exceto, como menciona Haury (1987), quando substantivado –, desconsideraremos, na análise dos dados desta pesquisa, os chamados apostos atributivos.

1.2.2. Os apostos enumerativo e recapitulativo

A identificação do aposto e do termo fundamental em construções apositivas que apresentam pronomes indefinidos constitui também ponto controverso entre os gramáticos da língua portuguesa. Para alguns gramáticos, a posição em que aparece o pronome indefinido é determinante para a classificação do aposto em enumerativo ou recapitulativo, conforme vemos nos exemplos de Cunha e Cintra (2007, p. 171), citados abaixo:



De acordo com a classificação proposta por Cunha e Cintra (2007), tem-se, no exemplo [11], um caso de aposto enumerativo em que o pronome indefinido *tudo* configura-se como sujeito da oração, portanto, o termo fundamental. Já no exemplo [12], o também indefinido *tudo* é classificado como o aposto recapitulativo, e o fundamental, a expressão nominal anteposta ao pronome: *os porcos do chiqueiro, as galinhas, os pés de bogari, o cardeiro da estrada, as cajazeiras, o bode manso*.

Segundo Bechara (1967, p. 263), o aposto recapitulativo é normalmente representado por um nome indefinido como *tudo, nada, ninguém, qualquer, etc.*

Entretanto, ao exemplificar o aposto enumerativo e o aposto recapitulativo, o autor não segue tal critério de classificação e apresenta, para um mesmo pronome indefinido, classificações distintas, considerando, sobretudo, a posição em que ele aparece. Se o pronome aparece no início da oração, será o sujeito, logo, o fundamental. Se aparece no final, será classificado como aposto:

[13] Nada impedia seus planos: tristezas, dores, dificuldades.

↓
fundamental

↓
aposto

[14] Tristezas, dores, dificuldades, nada impedia seus planos.

↓
fundamental

↓
aposto

Para Rocha Lima (2005, p. 256), existem casos em que o aposto, expresso por um dos pronomes indefinidos – *tudo*, *nada*, *algo*, *ninguém*, etc. – sintetiza vários substantivos ou pronomes fundamentais, como nos exemplos abaixo, citados por ele:

[15] As cidades, os campos, os vales, os montes, *tudo* era mar.

[16] Os colegas de trabalho, os velhos amigos de infância e até os parentes mais chegados, *ninguém* lhe trouxe uma palavra de conforto.

Entretanto, o autor esclarece que, se a ordem dos termos das orações fosse esta:

[17] Tudo era mar: as cidades, os campos, os vales, os montes.

[18] Ninguém lhe trouxe uma palavra de conforto: os colegas de trabalho, os velhos amigos de infância e até os parentes mais chegados.

os pronomes indefinidos *tudo* e *ninguém* passariam a funcionar como sujeitos das orações, portanto os termos fundamentais, e as construções *as cidades, os campos, os vales, os montes, os colegas de trabalho, os velhos amigos de infância e até os parentes mais chegados* passariam a funcionar como apostos.

Conforme percebemos nos exemplos acima, para os autores citados, a ordem em que os termos estão distribuídos na oração é que determina sua classificação em aposto ou termo fundamental.

Contrariando as asserções de Cunha e Cintra (2007) e Bechara (1967), Carvalho (2007) não reconhece o aposto recapitulativo. Segundo Carvalho (2007, p. 390), na verdade, quando um pronome indefinido retoma uma enumeração precedente, como em “livros, discos, filmes, *tudo* o distraía”, não se trata de aposto recapitulativo, mas de sujeito simples com um aposto anteposto, ou seja, a enumeração é que é o aposto, e não o indefinido.

Diferentemente do que havia propagado em obras anteriores, conforme percebemos nos exemplos citados acima, em *Moderna Gramática Portuguesa* e *Gramática escolar da língua portuguesa*, Bechara (2009 e 2003) também desconsidera o aposto recapitulativo e passa a classificar o pronome indefinido como fundamental, independente da posição que ocupa na oração:

Aposto enumerativo: quando a explicação consiste em desdobrar o fundamental representado por um dos pronomes (ou locução) *tudo, nada, ninguém, cada um, um e outro, etc.*, ou por substantivos:

Tudo – alegrias, tristezas, preocupações – ficava estampado logo no seu rosto.

Duas coisas o encorajavam, a fé na religião e a confiança em si.

Às vezes este tipo de aposto precede o fundamental:

A matemática, a história, a língua portuguesa, *nada* tinha segredos para ele (BECHARA, 2003, p. 60).

O autor enfatiza ainda que, em todos os exemplos, o fundamental (*tudo, duas coisas, nada*) funciona como sujeito das orações e, por isso, se estabelece a concordância entre ele e o verbo.

Segundo Haug (1987, p. 133), o conceito de aposto como um substantivo (ou equivalente) que precisa ou determina o significado assaz genérico de outro substantivo (ou equivalente), permite um critério pouco objetivo de identificação do

fundamental, uma vez que, na relação apositiva entre dois nomes, surgem muitas incertezas sobre qual é na realidade a parte determinada e qual é a determinante. A autora destaca que, “assim como no sentido psicológico a relação do sujeito com o predicado muitas vezes é o inverso da relação gramatical, pode ocorrer também esta inversão na relação do determinado com o atributo, principalmente em se tratando de dois substantivos”.

A respeito dessas incertezas sobre qual é o fundamental e qual é o aposto em orações que apresentam pronome indefinido, Olímpio (2004, p. 53) argumenta que a adoção do conceito de tópico/comentário para a análise dessas construções pode dar uma explicação mais adequada aos chamados apostos resumitivos. A autora explica que, em construções como

[15] As cidades, os campos, os vales, os montes, *tudo* era mar.

[16] Os colegas de trabalho, os velhos amigos de infância e até os parentes mais chegados, *ninguém* lhe trouxe uma palavra de conforto (ROCHA LIMA, 2005, P. 256).

os termos *as cidades, os campos, os vales, os montes*, da primeira oração; e, os *colegas de trabalho, os velhos amigos de infância e até os parentes mais chegados*, da segunda oração, são tópicos externos à estrutura das frases que se seguem – *tudo era mar e ninguém lhe trouxe uma palavra de conforto*. Para Olímpio (2004, p. 53), nessas construções, não existe coincidência entre estruturação sintática – sujeito/predicado – e estruturação discursiva – tópico/comentário. Assim, de acordo com a pesquisadora, esses seriam exemplos de frases declarativas marcadas, em que o sujeito – os pronomes indefinidos *tudo* e *ninguém* – é um elemento distinto do tópico discursivo.

A proposta de Olímpio (2004) para a análise de construções apositivas com pronomes indefinidos parece resolver o problema de indeterminação na classificação entre sujeito e aposto com critérios linguísticos bastante consistentes, pois, como vimos nos compêndios tradicionais, para alguns gramáticos, a posição em que aparece o pronome indefinido torna-se determinante para a classificação do aposto em enumerativo ou recapitulativo, argumento que tem se revelado pouco sólido para uma análise sintática.

1.2.3. O aposto especificativo

Ao conceituar o chamado aposto especificativo, Bechara (2009) chama a atenção para a diferença de conteúdo semântico existente entre uma construção do tipo *O rio Amazonas* e *Pedro II, imperador do Brasil*. O autor esclarece que, na primeira unidade, o substantivo que funciona como aposto se aplica diretamente ao nome núcleo e restringe seu conteúdo semântico de valor genérico, tal como faz um adjetivo. Já na segunda unidade, a missão do aposto é tão somente explicar o conceito do termo fundamental, razão pela qual é, em geral, marcado por pausa, indicada por vírgula ou por sinal equivalente (travessão e parêntese). Daí a aposição do primeiro tipo se chamar *especificativa* e a do segundo, *explicativa* (BECHARA, 2009, p. 456).

Para alguns gramáticos, o aposto especificativo, algumas vezes, vem introduzido pela preposição *de*, especialmente se se trata de denominações de instituições, de logradouros e de acidentes geográficos. Todavia, as construções com sintagmas preposicionados, como *Praça da República* e *Cidade de Lisboa*, constituem outra dificuldade na identificação do aposto, visto que muitos autores não consideram como aposto a expressão encabeçada por preposições, dando-a como adjunto adnominal.

Autores como Cunha e Cintra (2007), Rocha Lima (2005), Sacconi (1989), Bechara (2009), Kury (2008) e Carvalho (2007) assumem a existência de apostos preposicionados, considerando que a preposição não desfaz a aposição:

Um substantivo de sentido genérico pode ser imediatamente seguido, sem pausa, de um termo, preposicionado às vezes, que o especifica ou individualiza. É o que se chama, dentro da tradição da gramática latina (“urbs Roma”), APOSTO DE ESPECIFICAÇÃO:

cidade de Roma; mar Mediterrâneo (KURY, 2008, p. 58).

Para Bechara (2009), tais construções, materialmente falando, realmente aproximam o aposto do adjunto adnominal preposicionado. O autor tenta distinguir as duas classificações explicando que, do ponto de vista semântico, há diferença entre *Ilha de Marajó* e *casa de Pedro*, visto que, em *casa de Pedro*, *casa* e *Pedro* são duas realidades distintas, enquanto em *Ilha* e *Marajó* se trata de uma só

realidade, já que ambos querem referir-se a um só conteúdo de pensamento designado (BECHARA, 2009, p. 458).

Apesar de, num primeiro momento, tentar distinguir aposto de adjunto adnominal em construções em que aparecem a preposição *de*, Bechara (2009, p. 458) conclui suas discussões dizendo que, de qualquer maneira, o aposto e o adjunto adnominal são ambos expansões sintáticas do núcleo nominal, dando a entender, portando, que a distinção entre tais denominações, nesse caso, não se constitui tão necessária.

Como bem esclarece Nogueira (1999, p. 21), evidenciar semelhanças entre aposto e adjunto adnominal não constitui uma falha entre os gramáticos. Entretanto, conforme aponta a autora, nos exercícios de análise sintática, espera-se dos alunos a capacidade de categorizar, de maneira precisa, os elementos constitutivos da oração, de acordo com a nomenclatura que os distingue. Portanto, para Nogueira (1999, p. 21), se essa é a exigência, “seria necessário que as gramáticas, além de apresentar semelhanças entre os termos, estivessem aptas a cumprir, principalmente, a tarefa de explicitar propriedades que demarcassem os limites conceituais de tais termos, favorecendo sua identificação”.

Nesta pesquisa, optamos por analisar somente as chamadas *aposições não-restritivas* (MEYER, 1992), ou seja, as aposições em que os elementos apostos estão em unidades de informação separadas, o que é indicado, na escrita, pelo uso da vírgula ou outra pontuação, como o travessão, os dois-pontos e os parênteses. Portanto, o chamado aposto especificativo, ou, nos termos de Meyer (1992), a aposição restritiva, em que os apositivos constituem uma única unidade de informação, não serão incluídos nos dados quantitativos deste estudo.

1.2.4. O aposto circunstancial

Uma outra construção passível de discussão nas gramáticas normativas de língua portuguesa é o chamado *aposto circunstancial*. Segundo Bechara (2003, p. 60), tal aposto é empregado para expressar comparação, tempo, causa, etc., precedido ou não de palavra que marca esta relação:

[19] *Rainha*, esquece o que sofreu vassala.

O autor acrescenta que este tipo de aposto pode ser introduzido por *como, na qualidade de, quando*:

[20] As estrelas, *como grandes olhos curiosos*, espreitam através da folhagem.

[21] A ti, *na qualidade de general*, compete o comandar.

[22] D. João de Castro, *quando vice-rei da Índia*, empenhou os cabelos da barba.

[23] *Quando presidente*, nunca fugiu aos debates.

Bechara (1989, p. 215) diz-nos ainda que, diante de apostos circunstanciais em que não se trata de preposição essencial, como em [23], muitos autores preferem ver orações de estruturas reduzidas, subentendendo o que lhes falta: *quando era presidente, nunca fugiu aos debates*.

Dentre os autores que veem tais construções como orações de estruturas reduzidas, encontra-se Sacconi (1989, p. 316). De acordo com este autor, não existe aposto quando o predicativo vem antecedido de conjunção, como no exemplo: *quando gerente do Banco, Luís vivia nervoso*. Para Sacconi (1989), neste caso, o que há de fato é oração com verbo subentendido: *quando era gerente do Banco, Luís vivia nervoso*.

Outros autores, como Kury (2008), preferem analisar tais estruturas como predicativo circunstancial de orações adverbiais de predicado nominal:

Muitas vezes, numa construção sintética vigorosa e de belo efeito estilístico, uma oração adverbial de predicado nominal pode aparecer representada, na frase, sem o conectivo e o verbo de ligação, apenas pelo nome predicativo, em aparente aposição, **conservando o seu valor circunstancial**. Assim, em lugar de “*Como era pobre, lutou muito para formar-se.*”, podemos dizer: “*Pobre, lutou muito para formar-se*” (KURY, 2008, p. 60).

Na concepção de Kury (2008, p. 60), no exemplo supracitado, o adjetivo *pobre* conserva o valor de adjunto adverbial de causa, e na frase é igualmente predicativo, daí a classificação de predicativo circunstancial. O autor observa ainda que, algumas vezes, o predicativo circunstancial vem preposicionado, como no exemplo que segue:

[24] *Em rapaz*, foi cortejado de muitas damas.

A partir de uma perspectiva discursiva da aposição, Azeredo (2003, p.34) explica que o aposto é chamado de circunstancial quando exprime adicionalmente conteúdos próprios de certas orações adverbiais (causais, condicionais, temporais, concessivas). Para o linguista, ao se posicionar antes do SN fundamental, o aposto é realçado no papel de tópico do enunciado, tornando-se seu ponto de referência e provendo um dado que o enquadra conceitualmente e lhe serve de circunstância ou argumento. O autor exemplifica tal proposição com as seguintes construções:

[25] *Autor de Vidas Secas*, Graciliano Ramos resumiu numa história exemplar todo o drama do sertanejo diante da seca implacável. (= Ao escrever *Vidas Secas*) (AZEREDO, 2003, p. 34).

[26] *Modelo recém-convertido a ator*, Reynaldo Gianecchini não vai recorrer ao famoso laboratório que a maioria dos atores – principalmente os recém-convertidos – encara antes de encarnar personagem de novela. (= Ainda que seja modelo recém-convertido a ator,...) (AZEREDO, 2003, p. 35).

Apesar de também reconhecer o aposto circunstancial, os exemplos mencionados por Azeredo (2003) levam a conjecturar que o autor limita tal classificação às construções que, apesar de exprimirem conteúdos próprios das orações adverbiais, se configuram em sintagmas nominais sem conjunções sintaticamente explícitas, como as exemplificadas em [25] e [26]. Ao contrário de algumas construções classificadas como aposto circunstancial por alguns gramáticos – como o exemplo [23], citado por Bechara (2003) –, os exemplos expostos por Azeredo (2003), a nosso ver, parecem mais coerentes com a natureza correferencial dos sintagmas em aposição – as duas unidades apontam para um mesmo referente discursivo.

Conforme percebemos na revisão acima, empreendida nos compêndios tradicionais, há muitas divergências na conceituação e identificação do aposto entre as gramáticas de língua portuguesa. Notamos que, de um modo geral, o único ponto

comum entre os autores tradicionais é o reconhecimento do caráter explicativo do aposto. Como bem esclarece Haug (1987, p. 106), para a compreensão dessa diversidade de conceituação e de análise do aposto, devemos considerar, num primeiro plano, o emprego indistinto dos termos *aposição* e *aposto*¹ e a dificuldade de se identificar o termo fundamental. A autora explica que, apesar de o aposto ser um caso de aposição, não se deve entender com isso que os termos sejam sinônimos, visto que um é processo, construção, e o outro, função. Entretanto, concordamos com Nogueira (1996, p. 36) que, além de identificar a causa dessa imprecisão conceitual que permeia o aposto, a solução para o problema da diversidade de análise deverá passar por estudos mais aprofundados a respeito da natureza da aposição enquanto processo sintático.

É diante deste quadro assistemático, em que se observam posições analíticas divergentes, que nos aventuramos a investigar o tema da aposição, reconhecendo, de antemão, que as discussões sugeridas aqui não ambicionam sanar todas as questões a respeito das divergências existentes em torno deste tema, mas objetivam propor um exame das construções apositivas, indo além do nível da frase enquanto unidade de análise linguística. Diferentemente do que é feito nas gramáticas normativas, propomo-nos investigar o tema da aposição não mais a partir da frase descontextualizada, mas a partir de todo um contexto de significação, ou seja, a partir do discurso. Ao adotarmos uma perspectiva linguística que inclui aspectos relativos ao contexto e ao uso efetivo da linguagem, entendemos que, do ponto de vista comunicativo, não existem termos secundários, dispensáveis ao entendimento do enunciado, mas todos exercem importantes papéis no processo de interação e construção dos argumentos.

¹ “Aposto ou aposição é o termo acessório que se pospõe ao sujeito ou objeto como explicação ou a título de equivalência.” (SAID ALI, 1965, p. 107)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO: ALGUNS PRESSUPOSTOS

Segundo Martelotta e Areas (2003, p. 24), pode-se entender o espírito da linguística funcional a partir da refutação, proposta por Givón (2001), em relação ao que ele caracteriza como os três dogmas centrais da linguística estrutural: a arbitrariedade do signo linguístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*, e a rígida divisão entre diacronia e sincronia.

De acordo com Givón (2001), a doutrina da arbitrariedade do signo, proposta por Aristóteles e assumida pelos estruturalistas, separa, no signo linguístico, o significante do seu correlato mental, o significado, deixando apenas os dois termos observáveis – o signo e seu referente concreto. Givón (2001) esclarece que a doutrina aristotélica da arbitrariedade do signo – e, portanto, a arbitrariedade da diversidade linguística entre as línguas – se refere apenas à codificação dos conceitos ('palavras') através de sons ou letras. Mas o estruturalismo mais recente, como avalia o autor, de maneira irrefletida, estendeu esta doutrina à gramática.

Como esclarecem Martelotta e Areas (2003, p. 26), no que diz respeito à sintaxe, os funcionalistas consideram mais aceitável a ideia de não-arbitrariedade. Os autores enfatizam que os funcionalistas são motivacionistas por essência, já que acreditam que a forma das línguas é motivada ou icônica. Como exemplo, os autores lembram que ao narrarmos sequências de ações como "Cheguei em casa, tomei um banho e fui dormir", não ordenamos as cláusulas de maneira arbitrária, mas de acordo com a ordem em que elas ocorrem na realidade. A essas tendências que refletem algum tipo de motivação, os funcionalistas denominam de *iconicidade*.

O segundo dogma estruturalista, o da idealização, no dizer de Givón (2001), envolve sua decisiva diferenciação entre *langue*, o sistema ideal subjacente à língua, e *parole*, o comportamento linguístico observável. Para os estruturalistas, como nos informam Martelotta e Areas (2003, p. 26), importam somente os fatos relativos à *langue*, sendo dispensada pouca atenção à fala individual. Os autores acrescentam que tal perspectiva difere muito pouco da linguística gerativista no que se refere à distinção entre *competência* e *performance* (ou *desempenho*).

Segundo Givón (2001), em princípio, não existe nada que afronte o funcionalismo nessa idealização metodológica – exceto por uma questão crucial: todas as pressões adaptativas funcionais que moldam a estrutura sincrônica – idealizada – da língua são exercidas durante a performance efetiva. É aí que a língua é adquirida, e onde a gramática emerge e sofre mudanças; é onde a forma se ajusta – criativa e espontaneamente na construção momentânea do contexto – às novas funções e significados ampliados. Para o funcionalista, descartar a relevância da rica base de dados da performance no estudo da competência é, na verdade, uma caricatura do que é feito nas outras ciências do comportamento, em que a performance não é abstraída, mas controlada, e seus efeitos são sistematicamente avaliados e explicados.

Martelotta e Areas (2003, p. 26) acrescentam que, em relação a esse aspecto, os funcionalistas buscam dar novo enfoque ao discurso individual, passando a compreendê-lo como nível gerador do sistema linguístico. Os autores concluem dizendo que não há como separar a *langue* da *parole*: “o acidental ou casual que caracteriza o discurso passa a ser a gênese do sistema, que, por sua vez, alimenta o discurso”.

O terceiro dogma estruturalista, a rígida separação do *diacrônico* no estudo *sincrônico* da língua, de acordo com Givón (2001), é uma extensão nítida do dogma da idealização. Para o funcionalista norte-americano, essa separação foi outra tentativa corajosa de conter as consequências imprevisíveis da mutante realidade linguística. O autor admite que não existe nada intrinsecamente errado em se decidir, como recurso metodológico, por ignorar, em algum ponto da análise, as mudanças contínuas. De fato, segundo Givón (2001), os usuários da língua também devem tomar decisões categóricas entre forma e função diante da pressão temporal contínua da comunicação efetiva. Todavia, o funcionalista ressalta que, embora a idealização seja de fato uma manobra metodológica legítima, ela se torna problemática quando procura assumir um *status* teórico indevido. Ou seja, quando ela ignora a relevância das bases de dados da mudança e da variação para a nossa compreensão da estrutura sincrônica. Para Givón (2001, p. 18), analogicamente, isto se compararia a sugerir que o mecanismo evolucionário de formas específicas de vida seria irrelevante para o nosso entendimento da estrutura daquela forma de vida.

Nesse sentido, como postulam Martelotta e Areas (2003, p. 27), os funcionalistas tendem a adotar uma concepção *pancrônica* de mudança,

considerando não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação.

Martelotta e Areas (2003) resumem a visão funcionalista da linguagem nas seguintes premissas com que Givón (1995, p. 09) caracteriza essa concepção:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções.

Na avaliação de Givón (2001), o método descritivo mais utilizado na análise gramatical tem sido, ao longo dos anos, o estudo de sentenças isoladas fora do contexto comunicativo. Para ele, como qualquer outro método, este possui pontos positivos e negativos: na vertente negativa, se a gramática é de fato usada para codificar a coerência inter-oracional, este método desconsidera justamente os dados que podem ajudar a estabelecer a função pragmática dos morfemas e das construções. Na vertente positiva, Givón (2001) esclarece que não poderíamos iniciar uma análise do discurso natural sem ter antes obtido algum conhecimento preliminar sobre a estrutura da palavra (morfologia) e a estrutura da oração. De acordo com o autor, sem esses estudos, não saberíamos por onde começar e como segmentar o fluxo da fala natural.

Conforme percebemos, ao contrário das abordagens estruturalistas e gerativistas, que tendem a estudar as línguas como um objeto autônomo, o pólo funcionalista, como esclarece Furtado da Cunha (2009, p. 157), preocupa-se em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Furtado da Cunha (2009) acrescenta que,

na análise de base funcionalista, os enunciados são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal. Dessa forma, o funcionalismo procura trabalhar com dados reais da interação comunicativa, evitando analisar frases construídas, dissociadas do contexto efetivo de interação.

No dizer de Furtado da Cunha (2009, p. 158), o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por dois pressupostos fundamentais:

- (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si;
- (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Desta forma, como explica Furtado da Cunha (2009, p. 158), para os funcionalistas, a língua não é vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Furtado da Cunha (2009, p. 158) chama ainda a atenção para o fato de que o funcionalismo não é um bloco homogêneo: se por um lado essas propostas opõem o funcionalismo às abordagens que tendem a analisar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais (como o estruturalismo e o gerativismo); por outro, elas contrastam diferentes visões funcionalistas, opondo modelos mais antigos, que focalizam as funções associadas à organização interna do sistema linguístico, a modelos mais recentes, que levam em conta as funções que a linguagem pode desempenhar nas situações comunicativas, considerando os aspectos cognitivos relacionados à comunicação.

De acordo com Furtado da Cunha (2009, p. 159), o grau em que se considera o condicionamento do sistema linguístico pelas funções externas permite distinguir as análises na linha funcionalista. Segundo a autora, para os mais radicais, as funções externas, tais como os propósitos comunicativos dos interlocutores, definem as categorias gramaticais, de modo que não seria necessário postular categorias autônomas e independentes. Para esses funcionalistas, a língua poderia ser descrita unicamente com base nos princípios comunicativos, a sintaxe, portanto, não existiria. Como exemplo de funcionalistas que se inserem nessa linha mais radical, Furtado da Cunha (2009) cita Hopper e Thompson (1980), que tratam a transitividade como uma categoria que deriva do discurso.

Para os funcionalistas que assumem uma postura mais moderada, segundo Furtado da Cunha (2009, p. 159), existe interação entre forma e função, “de modo que as funções externas atuam concomitantemente com a organização formal inerente ao sistema linguístico, influenciando-a em certos pontos, sem fundamentalmente definir suas categorias básicas”. Serve como exemplo dessa postura mais moderada o funcionalismo de Halliday, que propõe a incorporação da semântica e da pragmática à análise sintática.

Por priorizarmos nesta pesquisa o conceito de aposição proposto pelo funcionalista Halliday, veremos a seguir, mais detalhadamente, algumas de suas concepções.

2.2. O FUNCIONALISMO DE HALLIDAY

A teoria de Halliday é denominada de Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF). De acordo com Cunha e Souza (2007, p. 19), no campo dos estudos linguístico-funcionais, a LSF é uma oposição aos estudos formais de cunho mentalista, visto que seu foco de interesse é o uso da língua como forma de interação entre seus usuários. Ao contrário dos estudos de caráter formalista que concebem a linguagem humana como um conjunto de regras gerais, desvinculadas de seu contexto de uso, a grande preocupação da LSF, conforme ressaltam Cunha e Souza (2007), é compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana.

Segundo Cunha e Souza (2007, p. 19), esse modelo espelha-se numa teoria da língua enquanto escolha. Para esta corrente teórica, portanto, a língua se organiza em torno de duas possibilidades alternativas: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma). No dizer das autoras, levar em conta o nível sistêmico implica dizer que a gramática é vista como um sistema de escolhas potenciais não-arbitrariamente motivadas, ainda que nem sempre conscientes.

Por ter como objetivo estudar a língua em uso, a LSF sempre analisa o *texto*, que é visto como produto autêntico da interação social. Para Halliday (2004, p. 03), o significado de um texto só pode ser explicado a partir da relação do sistema linguístico como um todo, ou seja, para se alcançar a interpretação do texto, é preciso que haja a interpretação do contexto, da situação, da cultura e da sistemática relação entre texto e contexto. Conforme informam Cunha e Souza (2007, p. 20), para a LSF, um texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro: o contexto de cultura e o contexto de situação. As autoras esclarecem que o *contexto de cultura* é a soma de todos os significados possíveis de fazerem sentido em uma cultura particular. Dentro do contexto de cultura, falantes e ouvintes usam a linguagem em contextos específicos, imediatos, conhecidos na LSF como *contextos de situação*. A combinação de dois tipos de contexto resulta em semelhanças e diferenças entre um texto e outro, ou, entre um gênero e outro, conforme exemplificam Cunha e Souza:

Uma interação em que se realiza uma compra de cereais não é a mesma em uma cidade do interior e em uma capital, por exemplo; uma interação mediada pelo gênero *palestra* é diferente daquela em que acontece o

gênero *sermão*. No contexto de situação, estão as características extralinguísticas dos textos, que dão substância às palavras e aos padrões gramaticais que falantes e escritores usam, consciente ou inconscientemente, para construir os diferentes gêneros, e que os ouvintes e leitores usam para identificar e classificar esses gêneros. (CUNHA E SOUZA, 2007, p. 20)

As diferenças entre os gêneros podem ser atribuídas, como evidenciam Cunha e Souza (2007), aos três aspectos constitutivos do contexto de situação que a LSF denomina de *campo*, *relação* e *modo*:

| Contexto de situação | | |
|--|---|---|
| <i>Campo</i> | <i>Relação</i> | <i>Modo</i> |
| Natureza da prática social: corresponde ao que é dito ou escrito sobre algo. | Natureza da ligação entre os participantes: pode ser formal ou informal, mais ou menos afetiva. | Meio ou canal de transmissão da mensagem. |

De acordo com Cunha e Souza (2007, p. 21), esses parâmetros do contexto de situação afetam nossas escolhas linguísticas porque refletem as três funções que, segundo Halliday (1985, p. 340), constituem os propósitos principais da linguagem. São as chamadas *metafunções da linguagem*, relacionadas no quadro abaixo:

| Metafunções | | |
|---|---|--|
| <i>Função Ideacional</i> | <i>Função Interpessoal</i> | <i>Função Textual</i> |
| Escolhas léxico-gramaticais dos interlocutores. | Maneira como os interlocutores utilizam a linguagem para interagir socialmente. | Relação entre os aspectos semânticos e gramaticais do texto. |

Conforme percebemos, sob a perspectiva de Halliday, a linguagem deixa de ser um mero conjunto de regras e uma representação do pensamento e passa a ser vista como o lugar de interação. Os textos são considerados em relação ao contexto social e cultural no qual estão inseridos. Conforme concluem Cunha e Souza (2007, p. 24), é interesse maior da teoria hallidiana a forma como as pessoas usam a linguagem para interagir umas com as outras em suas atividades diárias. Segundo as autoras, são quatro os pontos centrais da linguagem que chamam a atenção dos estudiosos dessa vertente teórica:

1. o uso de uma língua é sempre funcional;
2. as funções são para fazer sentido;
3. os sentidos são influenciados pelo contexto social e cultural do qual participam;
4. o processo de uso da linguagem é um processo semiótico, um processo de produzir significado pelas escolhas linguísticas realizadas.

Apesar de não termos a pretensão de aprofundar as discussões a respeito da LSF neste trabalho, valemo-nos dos principais fundamentos desta corrente teórica – o uso da língua é sempre funcional, e a gramática é um sistema de escolhas potenciais não-arbitrariamente motivadas, ainda que nem sempre conscientes – para fundamentar algumas discussões propostas neste trabalho.

2.3. A APOSIÇÃO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONAL

Conforme avalia Nogueira (1999), a contribuição dos funcionalistas para o estudo das construções apositivas ainda não é muito expressiva. Por isso, não se constitui tarefa fácil estabelecer um panorama de como tal construção é realmente vista pelos teóricos dessa corrente linguística. Nesta seção, apresentaremos algumas considerações a respeito da aposição a partir da ótica de Halliday (1985) e Nogueira (1999).

Apesar de restringir suas análises às orações complexas, os estudos de Halliday (1985) forneceram a esta pesquisa o conceito de aposição a partir de uma perspectiva funcional. Em outras palavras, em Halliday (1985) encontramos uma definição bastante clara do que seja a aposição para o pólo funcionalista. Para a análise do *corpus* desta pesquisa, estenderemos o conceito de aposição proposto por Halliday (1985) às aposições nominais, em que as unidades A e B são constituídas por sintagmas nominais; às aposições com sintagma nominal em uma das unidades e oração na outra; e às aposições não-nominais, nas quais as duas unidades apositivas são constituídas por orações.

Em Nogueira (1999), bem como em Meyer (1992), encontramos a adoção de alguns pressupostos fundamentais do paradigma funcionalista para a análise das construções apositivas, como a noção de prototipia, que permitem estudar a língua não mais como uma entidade autônoma, mas como o lugar de interação, onde as escolhas linguísticas realizadas também são fonte de significação.

Vejamos a seguir, mais detalhadamente, o que postulam tais estudos.

2.3.1. O conceito de aposição segundo Halliday

Ao tratar das orações complexas, Halliday (1985, p. 215) argumenta que dois sistemas básicos determinam como uma cláusula é interligada à outra: o grau de interdependência e a relação lógico-semântica. No que diz respeito ao grau de interdependência, o autor diz que as orações podem estar interligadas por *parataxe* ou *hipotaxe*. Halliday (1985) denomina parataxe a relação entre dois elementos de *status* igual e, em contrapartida, a relação entre elementos de *status* diferente, um dependente e um dominante, ele chama de hipotaxe.

Quanto ao sistema lógico-semântico, o autor expõe que, apesar de haver diferentes tipos de relações lógico-semânticas entre dois termos, é possível agrupar essas relações em um número pequeno de tipos gerais com base em duas relações fundamentais: a *projeção* e a *expansão*. Segundo Halliday (1985, p. 225), a projeção ocorre quando a cláusula secundária se projeta através da cláusula principal que a apresenta como uma locução ou uma ideia. Por outro lado, ocorre a expansão quando a cláusula secundária expande a cláusula principal. Para Halliday (1985), a expansão pode instanciar-se em uma *elaboração*, uma *extensão* ou um *realce*:

1. *Elaboração*: uma cláusula expande o significado de outra, especificando-o, comentando-o, reformulando-o, ou ainda, apresentando exemplos. De acordo com Halliday (1985), a elaboração pode referir-se à primeira oração como um todo ou somente a parte dela.

2. *Extensão*: uma cláusula estende o significado de outra, adicionando a esta algum elemento novo, como uma exceção ou uma alternativa.

3. *Realce*: uma cláusula realça o significado de outra, fornecendo características circunstanciais de tempo, lugar, causa ou condição.

Halliday (1985) resume as ideias apresentadas acima no seguinte esquema:

| | | |
|------------|---|----------------------|
| Elaboração | = | (‘igual’) |
| Extensão | + | (‘adicionado à’) |
| Realce | x | (‘multiplicado por’) |

Para Halliday (1985), a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), em que, como dito, a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, como ocorre na relação por extensão (+), mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

De acordo com Halliday (1985, p. 225), a elaboração tanto pode ser por *parataxe* como por *hipotaxe*. O autor enfatiza que, em termos de significado, a elaboração por parataxe e a elaboração por hipotaxe são largamente complementares, abrangendo os diferentes aspectos da elaboração. O autor subdivide a elaboração por parataxe em três tipos: *exposição*, *exemplificação* e *elucidação*. Os dois primeiros, segundo ele, podem ser representados como aposição entre cláusulas:

1. *Exposição*: a cláusula secundária reafirma, com outras palavras, a tese da cláusula principal. Pode apresentá-la a partir de outro ponto de vista, ou apenas reforçar a mensagem. Halliday (1985) cita os seguintes exemplos de *exposição*:

[27] *She wasn't a show dog; I didn't buy her as a show dog.*

(Ela não era uma cadela espetacular; eu não a comprei como uma cadela espetacular.)

2. *Exemplificação*: a cláusula secundária desenvolve a tese da cláusula principal, tornando-a mais específica, muitas vezes citando um exemplo. Alguns exemplos apresentados por Halliday (1985):

[28] *We used to have races – we used to have relays.*

(Nós costumávamos correr – nós praticávamos corrida de revezamento.)

[29] *You're too old for that game; you couldn't bend over.*

(Você está velho demais para esse jogo; você não pode curvar-se.)

3. *Elucidação*: Neste caso, a cláusula secundária esclarece a tese da cláusula principal, apoiando-se com algum tipo de explicação ou comentário explicativo:

[30] *Alice could only look puzzled: she was thinking of the pudding.*

(Alice parecia perplexa: ela estava pensando no pudim.)

Quanto à elaboração por hipotaxe, Halliday (1985) explica que esta se manifesta nas cláusulas não-restritivas. Segundo o autor, a elaboração por hipotaxe funciona como uma estratégia para a introdução das informações de fundo no discurso, para a interpretação de alguns aspectos da cláusula dominante e, ainda, como forma de avaliação. As orações relativas não-restritivas, as orações do discurso indireto e as orações de realce (*enhancing*), denominadas orações adverbiais pela gramática tradicional, são exemplos de elaboração por hipotaxe.

2.3.2. O protótipo de aposição

O processo conhecido como aposição é formado pela unidade A, base, e pela unidade B, apositiva. Segundo Nogueira (1999), a aposição tem sido tratada como uma relação gramatical constituída, predominantemente, por sintagmas nominais – embora possa se realizar como aposição não-nominal e oracional. Considerando os pressupostos funcionalistas, Nogueira (1999) assume que a aposição apresenta, sintaticamente, uma relação de gradação quanto às suas características, ou seja, algumas construções são semântica e sintaticamente mais prototípicas do que outras, conforme veremos a seguir.

Embora reconheça que a contribuição dos funcionalistas para o estudo da aposição ainda não seja expressiva, Nogueira (1999) esclarece que a adoção de alguns pressupostos teóricos do paradigma funcionalista permite um tratamento mais coerente desse fenômeno linguístico que, segundo a autora, é de vocação essencialmente funcional. Ao referir-se à sua própria pesquisa, fundamentada nos pressupostos funcionalistas, Nogueira (1999, p. 219) esclarece que seu enfoque diferencia-se da maioria dos estudos sobre aposição em virtude da opção por uma abordagem de categorização por protótipos. Para a pesquisadora, essa perspectiva de gramática não-discreta não busca determinar se uma estrutura pertence ou não à categoria das construções apositivas, mas procura trazer algumas reflexões sobre a extensão em que uma determinada estrutura pertence a essa categoria.

Neves (2007, p. 22) informa que a noção de protótipo, muito importante no aparato funcionalista, decorre da admissão da existência da vaguidade nos limites entre categorias. Segundo a autora, o protótipo, considerado o membro que ostenta o maior número das propriedades que bem caracterizam uma categoria, determina a classificação dos demais membros dessa categoria, conforme o grau de semelhança que tenham com ele, configurando-se naquilo que se conhece, nos termos wittgensteinianos, como “semelhança de família”. Neves (2007, p. 22) explica que esse termo refere-se “a um conjunto de similaridades entre as ocorrências de uma mesma família, não sendo necessário que as propriedades comuns sejam partilhadas por todas as ocorrências, bastando que se manifestem, pelo menos, em mais de uma”. A autora conclui afirmando que “a categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente”.

Tendo como base tal conceituação, Nogueira (1999, p. 50) adverte que, o que parece caracterizar uma abordagem de categorização com base nas cadeias de semelhança de família é o fato de não haver nenhum atributo comum a todos os membros, e a cada um isoladamente, podendo acontecer de alguns membros não terem nada em comum com os outros. Todavia, no que diz respeito à aposição, a autora ressalta a necessidade de se garantir uma fronteira para tal categoria pela exigência de que todos os seus membros compartilhem pelo menos um atributo como critério. De acordo com Nogueira (1999), o traço comum entre as diferentes construções ditas apositivas, mesmo as mais marginais, parece ser a natureza centrípeta. Dessa forma, a autora opta pela adoção de uma abordagem de protótipos que, segundo Givón (1995, p. 12), permite tanto o fluxo nas margens, como a solidez no núcleo das categorias.

Como ressalta Nogueira (1999, p. 27), a investigação em torno do estatuto gramatical da aposição, de uma forma geral, tem-se voltado para os critérios de identidade referencial (ou correferência), identidade funcional e identidade categorial entre os elementos apositivos. Entretanto, segundo a autora, embora sejam apontadas como características típicas da aposição, tais propriedades não constituem, por si mesmas, condições necessárias para a existência de uma construção apositiva.

Quanto à identidade referencial ou correferência, Nogueira (1999b) adverte que, apesar de ser um dos critérios mais apontados por linguistas e gramáticos para a identificação de uma estrutura apositiva, a correferência não deve ser vista como condição necessária para a existência de aposição. A autora lembra que são muitas as construções que, mesmo não apresentando elementos estritamente correferenciais, podem ser analisadas como apositivas, como é o caso do aposto especificativo, presente em nossos dados:

- [31] A democracia tem direito de se rebelar contra a mentira, contra a conspiração bem concertada da "esquerda", esse chapelão sob o qual se abrigam o *latifundiário Zelaya*, o *liberticida clássico Robert Mugabe*, do Zimbábue, o *coronel Chávez* e até ambientalistas e o segundo time vasto dos que "lutam por um mundo melhor", desatentos ao fato de que o remédio é muito pior do que os males que pretendem combater (VEJA, 07 de outubro 2009).

Argumentando a favor do que é dito por Nogueira (1999), Dias (2004, p. 65) acrescenta que a correferência pode ser analisada do ponto de vista do locutor, ou seja, “considera-se a existência da correferência, por ter o locutor o propósito de referir-se a uma mesma realidade extralinguística”. A pesquisadora apresenta o seguinte exemplo:

[32] Ao cabo de um ano de programa, em média, esses alunos terminam pulando dois. Testes preliminares mostram que eles têm praticamente as mesmas notas de suas colegas não repetentes de quarta série. Impressionante, pois não? *Mas nada é de graça neste mundo. O programa custa entre 150 a 200 reais, num país que gasta 350 reais por aluno/ano* (DIAS, 2004, p. 69).

Segundo Dias, no exemplo [32], a unidade B retoma todo o elemento em A, detalhando e reformulando o já dito. As duas unidades não possuem o mesmo significado no sentido dicionarizado, contudo, no dizer da autora, pode-se reconhecer uma mesma perspectiva do ponto de vista do falante.

Quanto à identidade funcional, a ideia de que os elementos em aposição têm estatuto funcional idêntico é bastante difundida, como vimos na revisão dos compêndios tradicionais. De acordo com Nogueira (1999), dois pontos fundamentais norteiam a discussão sobre a identidade funcional: as noções de atribuição e de simetria da construção. A autora apoia-se, então, nesses estudos anteriores para fazer um questionamento instigante:

Quando gramáticos e lingüistas fazem uso da palavra *atribuição* para designar a relação entre elementos apositivos, podem estar aludindo a uma propriedade semântica subjacente de atribuir qualidades, de modo a caracterizar o ser designado por um substantivo. As divergências teóricas surgem quando o emprego da palavra *atribuição* designa, na descrição da estrutura apositiva, um tipo de construção endocêntrica, formada por núcleo e atributo (distinta da coordenação, em que há, pelo menos dois núcleos). É possível analisar como equifuncionais constituintes que, por fazerem parte de uma estrutura endocêntrica de atribuição, devem, por definição, ser vistos como exercendo diferentes papéis (núcleo e atributo) (NOGUEIRA, 1999, p. 40)?

Segundo Nogueira (1999), essa questão está relacionada à necessidade de se distinguir função sintática de processo de construção. A autora enfatiza que a palavra aposição é designativa de um tipo de processo de construção, não de função sintática. Nogueira (1999) acrescenta ainda que a demonstração de

existência de identidade funcional está relacionada, para a maioria dos autores, à possibilidade de suprimir e de permutar itens sem acarretar prejuízos à oração resultante. Todavia, na concepção da pesquisadora, esses testes não conseguem evidenciar a natureza estritamente sintática da relação apositiva. Tais procedimentos podem gerar sentenças inaceitáveis por restrições de natureza semântica e pragmática, como nos exemplos citados por ela:

[33] *Esse moço, estudante ou caixeiro, ou talvez nada disso*, apareceu aqui ontem (NOGUEIRA, 1999, p. 43).

[33a] **Estudante ou caixeiro, ou talvez nada disso*, apareceu aqui ontem (NOGUEIRA, 1999, p. 43).

Quanto à identidade categorial, muitas são as divergências entre os gramáticos e linguistas, mas, de um modo geral, a aposição é vista como uma construção que envolve elementos de natureza nominal. Entretanto, segundo Nogueira (1999), embora sejam apontadas como características típicas da aposição, a identidade categorial e a natureza nominal entre elementos não constituem condições necessárias para a existência de estruturas apositivas.

Em uma categorização por protótipos, como resume Nogueira (1999, p. 52), as construções apositivas devem ser definidas não por um traço apenas, mas sim por um conjunto de traços característicos. Assim, as construções que exibem um maior número desses traços característicos podem ser consideradas como protótipo dessa categoria. Na interpretação de Nogueira (1999),

Se, em uma categorização estritamente clássica, a atitude dos estudiosos é a de considerar uma determinada estrutura como pertencente ou não a uma categoria, em uma categorização por protótipos pergunta-se em que extensão tal estrutura pertence a essa categoria. Ao contrário das categorias lógicas aristotélicas, as categorias de protótipos têm flexibilidade para acomodar novas estruturas, que são prontamente associadas, talvez como membros periféricos, a uma categoria prototípica, sem necessariamente causar uma reestruturação fundamental do sistema de categorias (NOGUEIRA, 1999, p. 53).

Com relação às divergências teóricas em torno do conceito de aposição, Nogueira (1999, p. 48) ressalta que, além dos estudiosos que defendem a exigência de correferência estrita e de equifuncionalidade entre os termos em aposição,

restringindo bastante o conjunto de construções que podem ser analisadas como apositivas, há, por outro lado, os autores, como Quirk *et al* (1972) e Meyer (1992), que reconhecem a existência de um caráter gradual em tal processo sintático, reunindo e analisando diferentes tipos de construções na perspectiva de que algumas são mais prototípicas do que outras.

Como ressalta Nogueira, Quirk *et al* (1972, p. 621) assumem a existência de posições ditas *plenas* e de posições ditas *parciais*. A posição plena se caracteriza pelas seguintes condições:

- a) cada um dos itens em posição pode ser separadamente omitido sem afetar a aceitabilidade da sentença resultante;
- b) cada apositivo exerce a mesma função sintática nas sentenças resultantes;
- c) não há diferença entre a sentença original e qualquer das sentenças resultantes em termos de referência extralinguística.

Como exemplo de posição plena, Quirk *et al* (1972, p. 620) apresentam:

[34] A neighbour, Fred Brick, is on the telephone.

(Um vizinho, Fred Brick, está ao telefone.)

Verifica-se que, ao se omitir separadamente cada um dos elementos apositivos da frase [34], obtêm-se sentenças igualmente aceitáveis, que conservam a mesma função e possuem a mesma referência extralinguística:

[34a] A neighbour is on the telephone.

(Um vizinho está ao telefone.)

[34b] Fred Brick is on the telephone.

(Fred Brick está ao telefone.)

As posições que não apresentam alguma dessas condições são tidas, pelos autores, como posições parciais. O exemplo [35], retirado do *corpus* desta pesquisa, evidencia uma posição parcial:

[35] Hoje em dia, tendemos a associar a palavra com *celebrações de aniversários reais, como o Jubileu de Ouro da rainha britânica*, em 2002. Mas a concepção bíblica de um jubileu era mais precisa (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

A aposição em [35] é considerada parcial, de acordo com os critérios de Quirk *et al* (1972), pelo fato de cada um dos itens em aposição não poder ser omitido separadamente sem afetar a aceitabilidade da sentença resultante. Como vemos em [35a], se apenas o segundo item da aposição for omitido, a sentença não se torna inaceitável. Ma, se o primeiro elemento for apagado, conforme demonstrado em [35b], a sentença torna-se semanticamente incorreta. Neste caso, há diferença entre a sentença original e as sentenças resultantes em termo de referência linguística, não satisfazendo, assim, as três condições mencionadas pelos autores.

[35a] Hoje em dia, tendemos a associar a palavra com *celebrações de aniversários reais*. Mas a concepção bíblica de um jubileu era mais precisa (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[35b] Hoje em dia, tendemos a associar a palavra com *o Jubileu de Ouro da rainha britânica*, em 2002. Mas a concepção bíblica de um jubileu era mais precisa (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Assim como Quirk *et al* (1972), Meyer (1992) também prefere analisar as construções na perspectiva de que algumas são semântica e sintaticamente mais apositivas do que outras. Para este autor, existem aposições *centrais* e aposições *periféricas*. Ele propõe os seguintes critérios para a identificação das aposições centrais: (i) a primeira unidade da aposição pode ser suprimida; (ii) a segunda unidade da aposição pode ser apagada; (iii) as unidades da aposição podem ser permutadas. Construções que não preenchem um desses critérios são chamadas de periféricas.

Baseando-se nas propostas feitas por Quirk *et al* (1972) e Meyer (1992), Nogueira (1999) assume uma tipologia que considera, basicamente, as seguintes relações semânticas: equivalência (correferência e sinonímia), atribuição e inclusão. Para a autora, as demais subclasses especificadas por esses estudiosos (reformulação, exemplificação, etc.) são identificadas como funções textual-

discursivas da aposição. Explicaremos, a seguir, cada uma dessas relações semânticas.

Na relação de correferência, Nogueira (1999, p. 58) especifica que os elementos em aposição referem-se a um mesmo referente discursivo. Segundo a autora, de acordo com a extensão da relação entre o significado dos elementos e seus referentes no mundo externo, há a *correferência estrita*, tal como ocorre no exemplo citado por ela:

[36] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *Maria*, sua mãe (NOGUEIRA, 1999, p. 58).

Na relação de sinonímia, segundo Nogueira (1999), ocorre identidade semântica entre os elementos em aposição. A autora apresenta o seguinte exemplo:

[37] *O trabalho intelectual, isto é, o labor dos sacerdotes e dos sábios*, se desenvolverá paralelamente (NOGUEIRA, 1999, p. 58).

No exemplo acima, sugerido por Nogueira (1999), ocorre a equivalência semântica do ponto de vista do falante, ou seja, os itens, apesar de não serem sinônimos no sentido dicionarizado da palavra, exercem, no enunciado, uma mesma identidade de referência. Diante deste fato, entendemos que as relações de correferência e sinonímia apresentam graus diferenciados de equivalência. Como é notório no exemplo citado pela autora, na relação de sinonímia, a equivalência, na maioria das vezes, é restrita ao contexto enunciativo em que aparece. Assim, ao contrário do que ocorre na correferência estrita, na sinonímia, as unidades apositivas estão numa relação de interdependência, visto que, se suprimida a unidade A da aposição – *o trabalho intelectual* –, do ponto de vista discursivo, o ouvinte pode não identificar a referência pretendida pelo falante somente a partir da unidade B, como se verifica no exemplo abaixo:

[37a] **O labor dos sacerdotes e dos sábios* se desenvolverá paralelamente (NOGUEIRA, 1999, p. 58).

Assim, ao aplicarmos os critérios da aposição prototípica propostos por Meyer (1992), percebemos que, no que diz respeito à equivalência referencial, a relação de sinonímia encontra-se num nível abaixo na escala do protótipo de aposição, visto que, no exemplo citado, as unidades apositivas são semanticamente interdependentes, o que não ocorre na correferência estrita – um dos protótipos da aposição – em que as unidades apositivas podem ser suprimidas sem interferência na identificação do referente:

[36a] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná *a sua mãe* (NOGUEIRA, 1999, p. 62).

Quanto à relação de atribuição, Nogueira (1999, p.59) diz que esta se encontra em um nível mais abaixo da escala semântica. Segundo ela, em vez de equivalência, na relação semântica de atribuição tem-se predicação, visto que, nesse tipo de relação, um dos elementos em aposição não tem valor referencial, mas um papel atributivo, descritivo ou classificatório em relação ao outro elemento. A autora esclarece ainda que, em geral, nas aposições atributivas a segunda unidade é um sintagma nominal com artigo indefinido:

Com efeito, a indefinidade e a falta de especificidade da segunda unidade parecem evidenciar um comportamento de caracterizador. A segunda unidade parece exprimir a designação particular que o autor do texto faz a respeito de um referente, ou seja, a forma como, particularmente, ele concebe os referentes pretendidos (NOGUEIRA, 1999, p. 60).

Segundo Nogueira (1999), a atribuição pode ser sintagmática, como no exemplo [38], ou oracional/frasal, em que a segunda unidade é um sintagma nominal que tem como escopo não um outro sintagma nominal, mas toda uma oração, tal como em [39]:

[38] *Maureen Bisilliat – uma excelente fotógrafa brasileira* – filmou e fotografou as tribos indígenas do Xingu (NOGUEIRA, 1999, p. 60).

[39] Portanto, *a importância e o tamanho do país em nada influenciam a precedência dada a seus representantes diplomáticos: uma noção que não podemos esquecer* (NOGUEIRA, 1999, p. 60).

Ainda argumentando a respeito da atribuição, Nogueira (1999) acrescenta que uma aposição com esse tipo de relação revela-se assimétrica e a distinção entre *fundamental* e *aposto* é ainda mais pertinente. A autora observa que é possível a inversão da ordem, mas não a supressão do termo fundamental, sem que sejam alteradas as condições referenciais da sentença original. Como exemplo, a autora cita a seguinte construção:

[38] *Maureen Bisilliat – uma excelente fotógrafa brasileira* – filmou e fotografou as tribos indígenas do Xingu (NOGUEIRA, 1999, p. 63).

[38a] *Uma excelente fotógrafa brasileira – Maureen Bisilliat* – filmou e fotografou as tribos indígenas do Xingu (NOGUEIRA, 1999, p. 63).

[38b] *Maureen Bisilliat* filmou e fotografou as tribos indígenas da Xingu (NOGUEIRA, 1999, p. 63).

[38c] *Uma excelente fotógrafa brasileira* filmou e fotografou as tribos indígenas do Xingu (NOGUEIRA, 1999, p. 63).

Quanto à relação de inclusão, Nogueira (1999) afirma que pode ser referencial ou não. De acordo com a autora, na relação de inclusão não-referencial, ou hiponímia, o significado da segunda unidade apositiva está incluído no significado mais genérico da primeira, ou seja, a segunda unidade é um hipônimo da primeira, conforme percebemos no exemplo abaixo:

[40] Antes de analisar o que denominamos o “domínio do interdisciplinar”, talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e os *conceitos vizinhos, tais como os de “disciplina”, “pluridisciplinaridade”, “multidisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”* (NOGUEIRA, 1999, p. 60).

No que diz respeito à inclusão referencial, Nogueira (1999) explica que, nesse tipo de relação, não há uma correspondência exata entre os referentes das unidades em aposição: “verifica-se que a referência de uma das unidades está incluída na de outra. Em geral, a primeira dessas unidades é indefinida e plural, e a segunda definida” (NOGUEIRA, 1999, p. 61). Tal relação ocorre, segundo Nogueira

(1999), nas exemplificações e nas particularizações, como no exemplo citado por ela:

[41] Como, dos 113 bilhões que se demandam do Orçamento da União, cerca de 62 se originarão em *fundos vinculados em lei – como o Fundo Rodoviário, o Fundo de Eletrificação, etc, ...* (NOGUEIRA, 1999, p. 61).

A partir dos testes de supressão e permuta, percebe-se, de acordo com Nogueira (1999), que as condições de identidade estão estritamente relacionadas. Segundo a autora,

A relação de estrita identidade referencial encontra-se tipicamente codificada em aposições estruturalmente simétricas, ou seja, aposições cujas unidades apresentam a mesma capacidade de configuração distribucional, ambas pertencentes à categoria dos sintagmas nominais definidos (NOGUEIRA, 1999, p. 62).

Em apoio a essa afirmação, a autora expõe os seguintes exemplos:

[36] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *Maria, sua mãe*.

[36a] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *sua mãe*.

[36b] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *Maria*.

[36c] “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *sua mãe, Maria* (NOGUEIRA, 1999, p. 62).

A relação semântica de inclusão, referencial ou não-referencial, é vista, de acordo com Nogueira (1999), como mais periférica relativamente à aposição prototípica, por se manifestar em estruturas mais assimétricas. A autora explica que, ao contrário do que acontece nas construções em que há identidade referencial ou semântica, em geral, nas aposições com relação de inclusão os indicadores *como, tais como, em particular, sobretudo, em especial, etc.*, são exigidos e somente a

segunda unidade pode ser suprimida. Nogueira (1999, p. 63) exemplifica tal proposição com as seguintes construções:

[40] Antes de analisar o que denominamos o “domínio do interdisciplinar”, talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e os *conceitos vizinhos*, tais como os de “disciplina”, “pluridisciplinaridade”, “multidisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”.

[40a] Antes de analisar o que denominamos o “domínio do interdisciplinar”, talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e os *conceitos vizinhos*.

[40b] *Antes de analisar o que denominamos o “domínio do interdisciplinar”, talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e *tais como os de “disciplina”, “pluridisciplinaridade”, “multidisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”*.

[40c] *Antes de analisar o que denominamos o “domínio do interdisciplinar”, talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e *tais como os de “disciplina”, “pluridisciplinaridade”, “multidisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”, os conceitos vizinhos* (NOGUEIRA, 1999, p. 63).

Os testes de supressão aplicados no exemplo [40] demonstram que a aposição com relação de inclusão permite que apenas a unidade B seja suprimida sem que haja interferência no sentido, como ocorre em [40a]. As construções que tiveram a unidade A apagada tornaram-se inaceitáveis, conforme demonstrado em [40b] e [40c].

Nogueira (1999) enfatiza que todas as relações semânticas acima mencionadas – correferência, sinonímia, atribuição e inclusão – caracterizam-se por um traço comum: a natureza centrípeta, que, como dito anteriormente, é o atributo compartilhado por todas as construções que podem ser ditas apositivas.

2.3.3. Funções textual-discursivas da aposição

Segundo Nogueira (1999), a aposição não-restritiva realiza, simultaneamente, diferentes funções nos planos textual, cognitivo e argumentativo-atitudinal. Apesar de especificar separadamente tais funções, a autora lembra que, no uso linguístico efetivo, elas não se excluem:

Dessa forma, por exemplo, o emprego de uma estrutura apositiva como estratégia de referência não está relacionado apenas a uma função textual, mas também a funções cognitivas de introdução e identificação de referentes no discurso, bem como a funções argumentativas, particularmente quando o locutor manifesta, por meio dessa referência, sua opinião sobre tópicos discursivos (NOGUEIRA, 1999, p. 80).

Especificaremos, a seguir, cada uma dessas funções.

2.3.3.1. Referência textual

Os trabalhos sobre aposição, no dizer de Nogueira (1999, p. 81), se dispõem, de uma forma geral, a avaliar a existência de correferência entre as construções apositivas, buscando verificar, em primeiro lugar, se elas possuem valor referencial (e não atributivo) e se apresentam o mesmo poder designativo. No entanto, para a pesquisadora, os estudos sobre aposição devem ser considerados sob uma nova perspectiva, em que tal processo passa a ser visto como um fenômeno que cumpre relevante papel nas estratégias de referência no discurso e, por consequência, na progressão textual. Adotando uma concepção construtivista da referência linguística, Nogueira (1999, p. 86) enfatiza que a aposição deve ser vista como importante mecanismo por meio do qual um mesmo objeto pode ser apresentado segundo diferentes perspectivas.

O processo de referência que envolve duas unidades de uma construção apositiva pode ocorrer mediante referência catafórica ou referência anafórica. Na construção apositiva em que há referência catafórica, conforme especifica Nogueira (1999, p. 88), o primeiro elemento apositivo é tipicamente um sintagma nominal indefinido, e, o segundo elemento, um sintagma

nominal mais específico que identifica o que é referido no primeiro, tal como na oração abaixo, retirada do *corpus* desta pesquisa:

[41] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Conforme observa Nogueira (1999, p. 88), as nominalizações em que uma expressão antecipa e resume o conteúdo de uma oração, de um período completo ou, até mesmo, de todo um parágrafo são bastante comuns nas construções apositivas com referenciação catafórica. Segundo a autora, nesse recurso, cabe à primeira unidade da estrutura apositiva dar início a um ambiente de expectativa e direcionar a tensão para o conteúdo da unidade que a sucede.

Quanto à referenciação anafórica, esclarece Nogueira (1999, p. 92), o referente já foi devidamente introduzido na representação mental que o ouvinte/leitor faz do discurso (em geral por meio de uma expressão definida empregada na primeira unidade da construção apositiva). Por isso, o falante/autor pode utilizar, na segunda unidade, um conjunto ilimitado de expressões referenciais, cabendo a ele selecionar aquela que julga mais adequada a permitir a identificação do referente, tal como no exemplo [42]:

[42] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Segundo Nogueira (1999), as expressões apositivas que fazem referenciações anafóricas podem ser utilizadas como estratégia de reformulação textual, conforme veremos a seguir.

2.3.3.2. Reformulação textual

Em uma construção apositiva, como observa Nogueira (1999, p. 93), é muito comum a segunda unidade da aposição ser empregada como uma

reformulação do conteúdo ou da expressão linguística da primeira unidade. A autora explica que, com a reformulação, o locutor busca garantir que o ouvinte compreenda o conteúdo formulado. Entretanto, segundo a pesquisadora, é importante evidenciar a distinção entre a aposição com função reformulativa da referenciação catafórica – descrita acima –, visto que constituem estratégias com orientações opostas no movimento de uma unidade da estrutura apositiva para outra. Diferentemente da referenciação catafórica, que tem como objetivo a introdução de referentes do discurso, na reformulação textual, como explica Nogueira (1999, p. 94), o locutor retoma o que foi anteriormente formulado, utilizando outras palavras, com o intuito de solucionar possíveis problemas de compreensão. Na referenciação catafórica, conforme percebemos no exemplo abaixo, normalmente não existe esse caráter reformulador, dado que a principal característica dessa função textual-discursiva é o emprego de um elemento genérico na primeira unidade da aposição, especificado pelo segundo elemento:

[43] *Dois líderes, particularmente, inspiram o Idiota de hoje: os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

No que diz respeito às análises das construções apositivas, Nogueira (1999, p. 94) distingue dois tipos principais de atividades de reformulação: (i) a *paráfrase*, em que há equivalência semântica, e (ii) a *correção*, que se caracteriza pelo contraste semântico. Segundo Nogueira (1999), a paráfrase pode operar por *definições* ou *redenominações*. Na explicação definidora, o significado de palavras ou expressões empregadas na primeira unidade apositiva é esclarecido. A definição, de acordo com a autora, realiza-se por meio de uma expansão, ou seja, pelo uso de uma unidade léxica e sintaticamente mais complexa do que a outra, como se observa no exemplo abaixo:

[42] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Quanto às redenominações, Nogueira (1999, p. 96) explica que o locutor busca, na segunda unidade da aposição, uma expressão mais apropriada para designar um conteúdo, assim, emprega-se uma expressão sinônima, com o intuito

de fornecer um termo mais familiar, mais técnico, ou mesmo a tradução de uma palavra em língua estrangeira, como em [44]:

- [44] Nas Guianas, os assentamentos não são apenas considerados politicamente autônomos e economicamente auto-suficientes, mas são também idealmente tomados como *demograficamente auto-sustentáveis ou, em outras palavras, endogâmicos* (NOGUEIRA, 1999, p. 93).

A paráfrase referencial manifesta-se quando, entre o componente de origem e o componente reformulador, isto é, entre os dois elementos apositivos, se mantém uma relação de correferência, não de sinonímia (Nogueira, 1999, p. 97). O objetivo desse tipo de reformulação é reapresentar o referente do primeiro item de uma perspectiva diferente, auxiliando o interlocutor na sua identificação e recategorizando-o por meio do aporte de informações novas:

- [45] Trata-se, inequivocamente, do texto de um *pastor, chefe máximo de uma igreja*, mas é também a reflexão de um pensador contemporâneo (VEJA, 12 de dezembro de 2007).

Nogueira (1999, p. 97) acrescenta ainda que a *inclusão* também constitui uma relação entre os elementos apositivos em uma reformulação. Tal relação ocorre quando a referência ou o significado do segundo elemento da aposição está incluído na referência ou significado do primeiro. Segundo a autora, isso ocorre em paráfrases que se prestam às funções de *exemplificação* e de *particularização*, como vemos nos exemplos [46] e [47], respectivamente:

- [46] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como “A Internacional” e “Hasta Siempre, Comandante”* (VEJA, 09 de maio de 2007).

- [47] No clima de mobilização para revigorar o sistema financeiro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que *as nações emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China)*, defendem que Estados Unidos e Europa

melhorem a regulamentação de seus sistemas bancários (A GAZETA, 8 de novembro de 2008).

Conforme demonstram as construções acima mencionadas, na exemplificação, o primeiro elemento da aposição é tipicamente mais genérico, e o elemento que o segue tem a função de especificá-lo. Já na particularização, uma parte do conjunto de referentes da primeira unidade é marcada como proeminente (NOGUEIRA, 1999, p. 98). Para essa focalização, são empregadas expressões como *em particular, particularmente, em especial, especialmente, sobretudo, principalmente, inclusive*, etc.

Quanto à correção, Nogueira (1999, p. 99) esclarece que, de um modo geral, a segunda unidade faz um ajuste da referência ou do significado estabelecido na primeira unidade da aposição. A correção pode ser total, quando se nega o erro e se afirma o acerto, como em [48], ou parcial, quando o elemento anterior não é negado, mas simplesmente ampliado, como em [49], ou restringido, como em [50]:

[48] Sonhei que eu estava *numa rua, não, numa estrada...* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[49] Iansan tinha ferido Nicolau, pra ela eu devia fazer *uma obrigação, quer dizer: uma promessa* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[50] Lucas distingue nitidamente três agrupamentos. Um, o dos soldados, conduzidos pelo centurião, imediatamente em torno da Cruz. Outro, *o do povo, ou melhor, de uma parte do povo*, a princípio indiferente, mas que terminou por voltar batendo no peito. O terceiro, à distância, o grupo dos conhecidos, dos quais uns eram homens, outros mulheres (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

2.3.3.3. Função cognitiva: identificação de referentes

Em seus estudos, Nogueira (1999, p. 99) assume uma concepção construtivista e estratégica dos processos de referenciação, em que os objetos de discurso são produtos da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dentro dessa concepção, como explica a autora, a aposição passa a ser vista como um

importante mecanismo no estabelecimento e na manutenção dos referentes na memória discursiva do ouvinte/leitor.

Nas referências catafóricas, as construções apositivas caracterizam-se pela construção de referentes do discurso: a primeira unidade introduz um referente que será especificado pela segunda unidade, como vimos em [41], aqui repetido:

[41] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Nas construções anafóricas, por outro lado, o referente discursivo, já apresentado, é mostrado de uma perspectiva diferente. A segunda unidade apositiva, fazendo evocar algum tipo de conhecimento supostamente partilhado, auxilia o interlocutor na identificação desse referente, conforme percebemos no exemplo [42] já mencionado:

[42] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Apesar de os termos indefinidos serem geralmente utilizados para introduzir um referente no discurso, e os definidos, para retomar um referente já estabelecido, Nogueira (1999, p. 102) adverte que, no caso da aposição, algumas vezes, um primeiro elemento apositivo pode apresentar-se formalmente como definido, mas, na verdade, são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem definitude e especificidade:

[51] O Idiota também credita a Chávez *a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, 09 de maio de 2007).

2.3.3.4. Função argumentativo-atitudinal

O emprego de oposições, além de favorecer a adequação informativa e a precisão referencial, também exerce uma função argumentativo-atitudinal quando o falante/autor manifesta sua atitude em relação ao que diz (NOGUEIRA, 1999, p. 103). Conforme explica Nogueira (1999), nessas construções, o referente é apresentado mediante uma *avaliação*, que determina uma orientação argumentativa para o ouvinte/leitor, como se pode notar nas ocorrências abaixo:

[52] Ele também expressou admiração pelo fato de "a Venezuela ter desafiado com sucesso os *Estados Unidos, um país que não gosta de desafios*, menos ainda quando são bem-sucedidos" (VEJA, 09 de maio de 2007).

[53] *Os terroristas cibernéticos – células dormentes da esquerdatopia despertadas para defender o chefe* – atuam para tirar dos ombros de Lula a responsabilidade por seu próprio governo (VEJA, 08 de agosto de 2007).

As oposições com função argumentativo-atitudinal podem ocorrer com referenciações catafóricas, como em [41], ou anafóricas, como em [54]. Nogueira (1999, p. 103) esclarece que, no emprego das anáforas, a liberdade para as escolhas lexicais inovadoras e para as estratégias persuasivas é maior, uma vez que, na maioria das vezes, o objeto já está identificado e denominado. Por meio de recategorizações lexicais, um elemento anafórico pode servir não somente para apontar um objeto, mas também para modificá-lo e direcionar a argumentação:

[41] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[54] Os idiotas latino-americanos tradicionalmente se identificam com os *caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas* (VEJA, 09 de maio de 2007).

3. METODOLOGIA

3.1. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A amostra desta pesquisa é formada por 85 (oitenta e cinco) construções apositivas retiradas dos gêneros jornalísticos *editorial* e *artigo de opinião*. Os artigos de opinião foram publicados na revista VEJA e estão à disposição dos leitores no site da revista, no endereço eletrônico www.veja.abril.com.br, de onde foram extraídos devido às facilidades de acesso e manuseio dos textos. Já os editoriais, por serem gêneros quase exclusivos dos jornais, foram extraídos dos periódicos *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*.

Como forma de aproximar os gêneros jornalísticos em relação ao conteúdo debatido, foram selecionados quatro assuntos principais. São eles: corrupção política, eleição de Barack Obama, Chefes de estado populistas e crise econômica.

As tabelas abaixo exibem o número total de palavras e de ocorrências em cada um dos gêneros e dos temas:

TABELA 01: Constituição do *corpus*: Gênero *Editorial*

| Assunto | Quantidade de textos | Número de palavras | Número de ocorrências |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Corrupção política | 03 | 1.826 | 4 |
| Eleição Barack Obama | 02 | 1.234 | 11 |
| Chefes de estado populistas | 01 | 427 | 4 |
| Crise econômica | 07 | 4.180 | 11 |
| Total | 13 | 7.667 | 30 |

TABELA 02: Constituição do *corpus*: Gênero *Artigo de Opinião*

| Assunto | Quantidade de textos | Número de palavras | Número de ocorrências |
|-----------------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|
| Corrupção política | 01 | 1.356 | 4 |
| Eleição Barack Obama | 01 | 707 | 3 |
| Chefes de estado populistas | 01 | 2.841 | 23 |
| Crise econômica | 01 | 5.165 | 25 |
| Total | 04 | 10.069 | 55 |

Como podemos observar nas tabelas supracitadas, cada gênero totaliza um número diferente de palavras e de amostras de textos. Essa diferença ocorre pelo fato de serem os editoriais veiculados nos periódicos significativamente menores do que os artigos de opinião veiculados na revista VEJA. Apesar de entendermos que tal desigualdade não interfere nas análises e, conseqüentemente, nos resultados da pesquisa, buscamos aproximar ao máximo o número de palavras dos gêneros. Para tanto, como ocorreu na amostra selecionada (conforme demonstrado nas tabelas), ampliamos o número de editoriais a fim de ampliarmos o número de palavras, tornando os dados quantitativamente mais equilibrados.

Para realizar a análise quantitativa dos dados, foram elaboradas, no programa Excel, do pacote Microsoft Office 2003, planilhas em que foram registradas informações referentes aos aspectos formais, semânticos e discursivos das construções apositivas. Por intermédio da ferramenta “autofiltro”, disponível nesse programa, foi possível fazer o cruzamento dos fatores (formais, semânticos e discursivos) que se demonstraram mais significativos.

Elegemos os seguintes grupos de fatores para direcionar as análises:

1. Gênero Textual

- Editorial
- Artigo de opinião

2. Relação semântica entre as unidades em aposição:

- Correferência
- Sinonímia
- Inclusão
- Atribuição

3. Função Textual-discursiva das unidades apositivas:

- Identificação
- Reformulação
- Avaliação

4. Aspectos formais

4.1. Classe sintática da primeira unidade da aposição:

- Sintagma nominal com artigo definido
- Sintagma nominal com artigo indefinido
- Sintagma nominal com substantivo próprio
- Sintagma nominal com numeral
- Sintagma nominal com pronome possessivo
- Sintagma nominal com pronome demonstrativo
- Sintagma nominal com determinante zero
- Sintagma preposicionado
- Oração

4.2. Classe sintática da segunda unidade da aposição:

- Sintagma nominal com artigo definido
- Sintagma nominal com artigo indefinido
- Sintagma nominal com substantivo próprio
- Sintagma nominal com determinante zero
- Oração

3.2. CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*: OS GÊNEROS TEXTUAIS

Na presente pesquisa, foram empreendidas análises das construções apositivas em dois gêneros do domínio discursivo jornalístico: o editorial e o artigo de opinião. Apresentamos, neste capítulo, uma melhor caracterização desses dois gêneros porque partimos da hipótese de que suas especificidades sociocomunicativas relacionam-se com as construções apositivas empregadas nos textos.

Optamos por centrar nossas análises na perspectiva de gêneros discursivos, visto que, como parte integrante da estrutura comunicativa da sociedade, os gêneros textuais tornam-se importantes porque o seu estudo engloba uma análise da língua nos seus aspectos discursivos e enunciativos, e não somente em suas peculiaridades formais. Como bem esclarece Marcuschi (2003), o trabalho com gêneros segue uma concepção de língua como atividade social, cognitiva e histórica, e privilegia sua natureza funcional e interativa.

Diante do crescente interesse pelos gêneros, inúmeras têm sido as perspectivas teóricas para o tratamento dos gêneros textuais. Para esta pesquisa, elegemos as propostas da Linguística Textual, mais precisamente, os estudos de Luiz Antônio Marcuschi (2003, 2008), sob influência de Bakhtin (2000), Bronckart (2003) e Bazerman (2005).

Por serem produtos da atividade humana, os textos encontram-se articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no interior das quais são produzidos. Desta forma, sendo os contextos sociais diversos e evolutivos, foram elaborados, ao longo da história, diferentes modos de fazer texto ou, diferentes espécies de texto (BRONCKART, 2003, p. 72). Como informa Bronckart (2003), diante dessa diversidade das espécies de texto, surgiu, desde a Antiguidade Grega até a atualidade, uma preocupação com sua delimitação e nomeação, que se traduziu na elaboração de múltiplas classificações, centradas, na maioria das vezes, na noção de gênero de texto (ou gênero de discurso).

Na Antiguidade, segundo Bronckart (2003), a noção de gênero aplicava-se apenas aos textos com valor social ou literário reconhecido, como os gêneros épico, poético, lírico, etc. Entretanto, a partir dos estudos de Bakhtin, essa noção tem sido aplicada ao conjunto das produções verbais organizadas, tanto às formas

escritas (artigo científico, resumo, notícia, publicidade, etc.), quanto às orais (exposição, relato de acontecimentos vividos, conversação, etc.). A partir dessa concepção, no dizer de Bronckart (2003, p. 73), qualquer espécie de texto pode atualmente ser designada em termos de gênero. Portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero.

Nos termos bakhtinianos, todas as atividades humanas, por mais variadas que sejam, estão relacionadas ao uso da língua e, para Bakhtin (2000, p. 279), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. De um modo geral, para essa teoria, os enunciados se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação. Tais formas constituem os gêneros, tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais e culturais. Não se pode, de acordo com Bakhtin (2000), tratar os gêneros do discurso fora da sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas.

Segundo Koch (2003, p. 54), em termos bakhtinianos, os gêneros podem ser assim caracterizados:

- são tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem uma forma de composição, um plano composicional;
- além do plano composicional, distinguem-se pelo conteúdo temático e pelo estilo;
- trata-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor.

Marcuschi (2008, p. 155) admite, com Bakhtin (2000), que os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. O linguista explica que os gêneros textuais são os textos que encontramos diariamente e que “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”. Assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto, de acordo Marcuschi (2008, p. 154), também é impossível se comunicar verbalmente a

não ser por algum gênero, visto que toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos pertencentes a algum gênero.

Numa perspectiva cujo enfoque é a melhor coordenação dos atos de fala entre locutor e ouvinte, Bazerman (2005) identifica os gêneros textuais como formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras. Para o autor, “se percebemos que um certo tipo de enunciado ou texto funciona bem numa situação e pode ser compreendido de uma certa maneira, quando nos encontrarmos numa situação similar, a tendência é falar ou escrever alguma coisa também similar” (BAZERMAN, 2005, p. 29). Dessa forma, se o locutor segue padrões comunicativos com os quais os interlocutores estão familiarizados, eles podem reconhecer mais facilmente o que está sendo dito. Na teoria de Bazerman (2005), se seguidas essas formas padronizadas e reconhecíveis, elas se reforçam mutuamente e emergem como gêneros.

Mas, apesar de apresentarem alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, conforme ressalta Marcuschi (2003, p. 19), os gêneros não são modelos estanques, nem mesmo estruturas rígidas. Caracterizam-se, segundo o autor, como eventos textuais altamente maleáveis e dinâmicos.

Assim como Marcuschi (2003), Bronckart (2003) também defende o caráter não rígido dos gêneros textuais, argumentando que, ao longo do tempo, alguns gêneros tendem a desaparecer (por exemplo, a narração épica) e, às vezes, reaparecer sob formas parcialmente diferentes; alguns gêneros modificam-se, enquanto novos gêneros aparecem (o folheto publicitário, por exemplo). Sob essa ótica, os gêneros estão em constante movimento e essa mobilidade explica o fato de que as fronteiras entre os gêneros não podem ser sempre claramente estabelecidas (por exemplo, o problema das fronteiras entre o romance e a novela) e o fato de que algumas novas espécies de textos podem não ter recebido um nome específico, em termo de gêneros. A esse respeito, o autor argumenta que

A organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma *nebulosa*, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjuntos de textos com contornos vagos e em intersecção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes) (BRONCKART, 2003, p. 74).

Corroborando a afirmação de Bronckart, acima mencionada, Marcuschi (2008, p. 159) acrescenta que, por serem entidades sócio-históricas e variáveis, não há como fazer uma lista fechada dos gêneros textuais, o que dificulta ainda mais a classificação.

Os gêneros textuais, no dizer de Marcuschi (2003, p. 20), caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas particularidades linguísticas e estruturais. O autor ressalta que tais entidades são de difícil definição formal, devendo ser caracterizadas por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais. Entretanto, Marcuschi (2003) enfatiza que isso não significa um desprezo pela forma, dado que, não poucas vezes, as formas determinam o gênero, assim como o suporte e o ambiente em que o texto aparece.

Conforme resume Marcuschi (2008), os gêneros textuais são entidades: (a) dinâmicas, (b) históricas, (c) sociais, (d) situadas, (e) comunicativas, (f) orientadas para fins específicos, (g) ligadas a determinadas comunidades discursivas, (h) ligadas a domínios discursivos, (i) recorrentes e (j) estabilizadas em formatos mais ou menos claros. Dessa maneira, os gêneros devem ser considerados como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas na linguagem. São entidades dinâmicas, cujos limites e demarcação, muitas vezes, se tornam fluidos.

3.3. O DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO: OS GÊNEROS *EDITORIAL* E *ARTIGO DE OPINIÃO*

Os domínios discursivos, conforme explica Marcuschi (2008, p. 193), são esferas da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, familiar, etc.) nas quais se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Segundo o autor, os domínios discursivos criam modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem às gerações com efeitos e propósitos bem definidos. Além de produzirem contextos e situações para as práticas sociodiscursivas, os domínios discursivos organizam as relações de poder e operam como enquadres globais de superordenação comunicativa. Na visão de Marcuschi (2008, p. 194), é justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja e que nossa produção textual na universidade e numa revista de variedades não será a mesma.

Conforme mencionado, os gêneros selecionados para esta pesquisa – editorial e artigo de opinião – pertencem ao que se convencionou chamar de *domínio discursivo jornalístico*.

De acordo com Melo (1985), a identificação dos gêneros jornalísticos constitui uma tarefa a que os pesquisadores acadêmicos têm-se dedicado, pois, segundo o autor, a questão tem origem na própria *práxis*. Na opinião de Melo (1985, p. 32), quando o editor inglês Samuel Buckley decidiu pela separação entre *news* e *comments* ele iniciou a classificação dos gêneros jornalísticos, já no princípio do século XVIII. Desde então, segundo Melo (1985, p. 32), a mensagem jornalística vem experimentando transformações significativas, não só em decorrência dos avanços tecnológicos que determinam as formas de expressão, mas também, e sobretudo, em função das alterações culturais com que se defronta a instituição jornalística. Na visão de Melo (1985, p. 47), os gêneros jornalísticos podem ser classificados a partir de dois critérios principais:

(i) são agrupados em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos através de que se configuram. Dessa forma, o autor identifica duas vertentes: a reprodução do real e a leitura do real. Num caso, como define Melo (1985), tem-se a observação da realidade; e, noutro caso, tem-se a

análise da realidade e a sua avaliação possível dentro dos padrões da instituição jornalística. O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse, a saber, a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa);

(ii) são identificados a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis no processo jornalístico. Nesse critério, Melo (1985, p. 48) não se refere especificamente à estrutura do texto, mas, como ele mesmo explica, considera-se a articulação que existe entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). No dizer de Melo (1985, p. 48), os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam independentemente da instituição jornalística, pois dependem somente da eclosão e evolução dos acontecimentos. Em contrapartida, os gêneros que se agrupam na área da opinião possuem a estrutura da mensagem co-determinada pelas variáveis controladas pela instituição jornalística.

Partindo dessas premissas, Melo (1985, p. 48) apresenta a seguinte classificação:

A) Jornalismo informativo

1. Nota
2. Notícia
3. Reportagem
4. Entrevista

B) Jornalismo opinativo

5. Editorial
6. Comentário
7. Artigo
8. Resenha
9. Coluna
10. Crônica
11. Caricatura
12. Carta

Apesar de propor essa classificação, Melo (1985, p. 38) adverte que os gêneros jornalísticos não podem ser entendidos como relatos sem intenção, ou seja, despidos de julgamento ou opinião, pois, segundo ele, qualquer fenômeno jornalístico da atualidade é perfeitamente intencionado. Quanto aos gêneros opinativos, Melo (1985, p. 78) acrescenta que, do ponto de vista da estrutura redacional ou da perspectiva de análise, possuem características comuns. No entanto, conforme destacaremos a seguir, no que diz respeito ao editorial e ao artigo

de opinião (nosso foco de análise), cada um deles possui sua própria identidade no contexto do jornalismo brasileiro.

De um modo geral, o editorial é classificado pelos estudiosos como o gênero jornalístico que representa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento (NASCIMENTO, 2003; AZEVEDO, 1979; AMARAL, 1978). Segundo Nascimento (2003, p. 85), o editorialista desenvolve, a partir de um fato, um raciocínio valorativo, através do qual defende a posição político-social do jornal e refuta as posições opostas, conduzindo o leitor à conclusão pretendida pela empresa. Para Melo (1985, p. 79), no entanto, essa natureza de porta-voz da instituição jornalística, atribuída ao editorial, precisa ser melhor compreendida e delimitada, visto que, de acordo com o autor, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização, como os acionistas majoritários, os anunciantes e, até mesmo, braços do aparelho burocrático do Estado. Assim sendo, no dizer de Melo (1985),

O editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana (MELO, 1985, p. 79).

Mas além desse traço político-social, o editorial possui sua identidade redacional. Melo (1985, p. 82) aponta quatro atributos específicos desse gênero jornalístico: (i) impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando, portanto, a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural); (ii) topicalidade (trata de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública); (iii) condensabilidade (poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que às demonstrações); (iv) plasticidade (flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo).

Como bem observa Melo (1985, p. 82), o editorial é um gênero quase exclusivo dos jornais. Nas revistas de informação geral, o editorial é substituído pelo gênero *cartas dos editores*, nem sempre reconhecido como expressões opinativas. Já no rádio e na televisão, a presença do editorial é esporádica, ocorrendo quase sempre em momentos de conturbação social, quando as emissoras se sentem compelidas a expor o que pensam sobre determinados acontecimentos.

O artigo de opinião, por sua vez, é reconhecido como uma matéria jornalística em que alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (CUNHA, 2003). Segundo Melo (1985, p. 92), dois elementos são específicos ao artigo de opinião jornalístico: (i) atualidade – apesar de obter liberdade de conteúdo e de forma, o articulista deve tratar de fatos ou ideias da atualidade, isto é, do momento histórico vivido; (ii) opinião – o ponto de vista que alguém expõe é a significação maior do gênero. A avaliação emitida vincula-se à assinatura do autor e não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas deve apresentar-se claramente, explicitamente.

Os artigos de opinião podem ser escritos tanto por jornalistas, pertencentes aos quadros regulares da instituição noticiosa, quanto por colaboradores – escritores, professores, pesquisadores, políticos, profissionais liberais – convidados a escrever sobre assuntos que dominam. Para Melo (1985, p. 94), por se tratar de colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, o artigo confere liberdade completa ao seu autor, principalmente em relação ao tema, ao juízo de valor emitido e, também, em relação ao modo de expressão verbal.

O artigo de opinião é um gênero jornalístico peculiar à imprensa. Nos veículos audiovisuais, conforme esclarece Melo (1985, p. 96), o papel dos artigos é suprido por intermédio das entrevistas. Segundo o autor, não é raro que um artigo publicado, defendendo ponto de vista inovador ou tese polêmica, motive uma entrevista em uma das edições de um radiojornal ou de um telejornal.

A partir dos conceitos de Melo (1985) e da noção de *contexto de situação* proposta pela teoria hallidiana, adotaremos, nesta pesquisa, as seguintes premissas a respeito dos gêneros editorial e artigo de opinião:

Contexto de situação do gênero editorial

| <i>Campo</i> | <i>Relação</i> | <i>Modo</i> |
|--|---|--|
| Defesa de um ponto de vista através de argumentação baseada, sobretudo, em dados informativos. | Escrutor e leitor: o escritor é o que domina as informações e direciona o leitor a determinadas conclusões; o leitor é o público em geral; a ligação entre os participantes é de natureza formal. | Canal: jornal; meio: escrito. A linguagem verbal tem papel constitutivo. |

Contexto de situação do gênero artigo de opinião

| <i>Campo</i> | <i>Relação</i> | <i>Modo</i> |
|--|--|---|
| Defesa de um ponto de vista representando a opinião de um especialista no tema debatido. | Escritor e leitor: o escritor é alguém imbuído de autoridade para opinar; o leitor é o público em geral; a ligação entre os participantes é de natureza semi-formal. | Canal: jornal, revista; meio: escrito. A linguagem verbal tem papel constitutivo. |

Tendo em vista o contexto de situação de cada um dos gêneros selecionados, investigaremos, a seguir, a correlação existente entre as intenções comunicativas desses gêneros e o emprego das construções apositivas.

4. ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS GÊNEROS *EDITORIAL* E *ARTIGO DE OPINIÃO*

Conforme verificaremos nas análises que se seguem, os dados desta pesquisa demonstram que as construções apositivas, tanto em seus aspectos formais, quanto em seus aspectos semânticos e discursivos, estão estritamente relacionadas aos propósitos sociocomunicativos dos gêneros analisados: o artigo de opinião e o editorial.

4.1. AS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS EDITORIAIS – ASPECTOS GERAIS

Como dito anteriormente, o editorial é classificado como o gênero jornalístico que representa, oficialmente, a opinião da empresa a respeito dos fatos de maior repercussão no momento. Essa natureza de porta-voz da instituição jornalística, atribuída ao editorial, faz com que os editorialistas, na maioria das vezes, exponham suas opiniões de forma menos explícita, buscando, assim, menor comprometimento em relação ao conteúdo enunciado.

Apesar de o editorial ser classificado como um gênero predominantemente opinativo, um olhar mais criterioso sobre os textos veiculados no jornal A Gazeta evidencia que, não poucas vezes, o enunciador se apropria de alguns recursos modalizadores com o intuito de promover maior grau de neutralidade em relação ao que está sendo dito (KOCH, 2006). Desta forma, o ponto de vista da instituição é exposto de forma menos comprometedora, privilegiando a argumentação pautada na informação, e não na intervenção avaliativa do jornal/locutor. Como explica Melo (1985), esse procedimento faz-se necessário visto que, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos proprietários nominais dos jornais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes grupos que participam da propriedade, como os acionistas, os anunciantes e, até mesmo, pessoas ligadas ao Governo. Listamos abaixo alguns recursos utilizados pelos editorialistas para promover o afastamento desejado:

1. Verbos auxiliares modais (*poder/dever*) + forma infinitiva:

[55] As dificuldades *podem adiar* possíveis planos de maior aproximação comercial com outros países. *Deve ser* colocado em quarentena o debate presente no Brasil, e em todos os pólos de negócio do mundo, sobre prováveis linhas de relações comerciais com os EUA na gestão Obama (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

[56] Depois de abalarem as Bolsas ao vetar a ajuda de US\$ 700 bilhões aos bancos, *pode ser* que desta vez, numa segunda votação do pacote, democratas e republicanos apontem a porta de saída para a crise (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

2. Verbos no futuro do pretérito:

[57] Aliás, qualquer nível de aumento salarial de parlamentares *deveria* ser amplamente discutido com a sociedade (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

[58] Certamente, também *seria* interessante que o Ministério da Fazenda se sensibilizasse com o pleito das micro e pequenas empresas em relação ao Supersimples (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

3. O verbo modal *parecer*:

[59] O mundo *parece* cansado de presidente americano adepto da guerra (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[60] No entanto, *parece* ser de natureza política a resistência à proposta de Bush (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

4. Advérbios modalizadores:

[61] Se nada for feito, políticos processados deverão se candidatar e, *provavelmente*, vários serão eleitos (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

- [62] Os Estados Unidos afirmam que não é necessário reinventar o sistema financeiro, mas apenas “consertá-lo”. Essa posição *talvez* não constitua obstáculo a um acordo com os países que pregam nova regulamentação para a área de crédito (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

5. *Indeterminação do sujeito:*

- [63] *Presume-se* que a maioria dos eleitores não compareceu às urnas bem informada (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).
- [64] *Fala-se* que uma solução para a crise será encontrada em determinado momento, mas isso vai acontecer em cenário de quedas nas bolsas (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

O uso de verbos e advérbios modais, bem como de indeterminação do sujeito, como exposto nos exemplos acima, apesar de direcionarem o leitor às teses defendidas nos textos, minimizam o comprometimento do jornal diante do que está sendo dito. Nos fragmentos [55] a [62], o autor, por intermédio dos verbos e dos advérbios de modalização, não afirma categoricamente o conteúdo da asserção, mas indica possibilidades. Já nos exemplos [63] e [64], a indeterminação do sujeito constitui-se um recurso utilizado para ausentar o locutor/veículo em relação aos enunciados produzidos.

Além dos recursos supracitados, os editoriais comumente utilizam dados numéricos para direcionar a argumentação. São exemplos:

- [65] Preliminarmente, o Planalto admite a possibilidade de corte de 20% no Projeto Piloto de Investimentos (PPI), o que equivale a algo entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões. Isso também tem consequências contracionistas para a economia (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).
- [66] O fato de a Câmara de Vitória ter evitado mexer nos benefícios dos vereadores em legislaturas anteriores não deveria motivá-la a aplicar 147% [de aumento salarial]. Não há razão econômica para tanto, pois a inflação acumulada no período foi de 80,05%, conforme apurado pelo Índice de Preços ao Consumidor

Ampla (IPCA), termômetro oficial adotado pelo Banco Central (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

Em [65] e [66], os números mencionados na construção do texto apresentam-se como determinantes de uma orientação de sentido que guiam o leitor em direção às proposições defendidas pelo enunciador: o corte de 20% pretendido pelo Planalto ocasionará contração na economia do país; o aumento salarial de 147% dos vereadores capixabas é abusivo e injustificável.

Quanto ao editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o uso dos recursos modalizadores e dos dados numéricos como direcionadores argumentativos também são recorrentes, entretanto, no que diz respeito às escolhas lexicais, observa-se uma maior intervenção avaliativa por parte do editorialista, como evidenciam os exemplos abaixo:

[67] A confluência de crescentes dificuldades econômicas e um decisivo pleito para renovar a composição da Assembléia Legislativa, a ser realizado em setembro, devem tornar cada vez mais freqüentes atitudes intimidatórias e diversionistas por parte do *caudilho* [Hugo Chávez] (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[68] Falcón elogia a elevação do padrão de vida da parcela mais pobre da população sob Hugo Chávez, mas condena o *militarismo do mandatário*, as *arbitrariedades* do governo, o ambiente de *insegurança* jurídica e a *perseguição* à iniciativa privada (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[69] Em meio às dificuldades, aumentam as chances de mudança. Antes de tudo porque a oposição não repetirá, nas eleições legislativas de setembro, a *estapafúrdia* estratégia de 2005, quando abandonou a disputa (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

A seleção lexical do editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* direciona o interlocutor ao modo como este deve avaliar o presidente Hugo Chávez e sua atuação como chefe de Estado: Hugo Chávez é um déspota, e seu governo é cruel e opressor.

Tendo em vista todas as especificidades arroladas acerca do editorial, entendemos que esse gênero caracteriza-se pela defesa de um ponto de vista

através de argumentação baseada, sobretudo, em dados informativos, conforme mencionado em capítulos anteriores. Os recursos modalizadores e os dados numéricos pressupõem que há, por parte do jornal, a intenção de nem sempre explicitar suas opiniões sobre o tema debatido, o que não significa que este não direcione seus leitores a avaliações já pré-estabelecidas. Como verificaremos a partir de agora, as construções apositivas, tanto em seus aspectos sintáticos, quanto em seus aspectos semânticos e discursivos, também estão estritamente relacionadas aos propósitos comunicativos dos editoriais e constituem importantes recursos argumentativo-persuasivos.

4.1.1. Aspectos formais das construções apositivas

No que diz respeito às propriedades sintáticas, a aposição apresentou grande diversidade formal, reunindo diferentes tipos de construção, que são considerados, em relação à aposição prototípica, mais ou menos apositivos. A tabela 01 exibe a distribuição das estruturas sintáticas nas construções apositivas presentes nos editoriais.

TABELA 03: Formas sintáticas das construções apositivas nos editoriais

| FORMAS SINTÁTICAS | Editorial | |
|---|-----------|----|
| | Nº | % |
| SN (com artigo definido) + SN (com artigo definido) | 8 | 27 |
| SN (com artigo definido) + SN (subst. próprio) | 5 | 17 |
| SN (com artigo definido) + SN (com artigo indefinido) | 1 | 03 |
| SN (com artigo definido) + SN (det. zero) | 7 | 24 |
| SN (com artigo definido) + Oração | 1 | 03 |
| SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo indefinido) | - | - |
| SN (com artigo indefinido) + Oração | - | - |
| SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo definido) | 1 | 03 |
| SN (subst. próprio) + SN (com artigo definido) | - | - |
| SN (subst. próprio) + SN (artigo indefinido) | - | - |
| SN (subst. próprio) + Oração | - | - |
| SN (subst. próprio) + SN (det. zero) | - | - |
| SN (det. zero) + SN (com artigo definido) | 1 | 03 |
| SN (pronome possessivo) + SN (com artigo definido) | - | - |
| SN (det. zero) + SN (det. zero) | - | - |

| | | |
|--|-----------|-----------|
| SN (pronome possessivo) + SN (subst. próprio) | 1 | 03 |
| SN (com numeral) + SN (com artigo definido) | - | - |
| SN (com numeral) + SN (subst. próprio) | - | - |
| SN (com numeral) + SN (det. zero) | 1 | 03 |
| SN (com numeral) + SN (com artigo definido) | - | - |
| SN (com pronome demonstrativo) + Oração | 1 | 03 |
| SN (com pronome demonstrativo) + SN (nome próprio) | - | - |
| Sintagma preposicionado + Oração | 1 | 03 |
| Sintagma preposicionado + SN (det. zero) | 1 | 03 |
| Sintagma preposicionado + SN (subst. próprio) | 1 | 03 |
| Sintagma preposicionado + SN (artigo indefinido) | - | - |
| Oração + SN (det. zero) | - | - |
| Oração + SN (artigo indefinido) | - | - |
| Oração + Oração | - | - |
| TOTAL | 30 | 98 |

Conforme se pode inferir da tabela 01, nos editoriais, a frequência de construções apositivas que apresentam um sintagma nominal com artigo definido tanto na unidade A como na unidade B foi a mais recorrente (27%). Segundo Nogueira (1999, p. 139), o emprego de sintagma nominal definido na primeira unidade constitui uma indicação de que, na concepção do autor, o referente por ele designado já faz parte do conhecimento prévio do leitor. Dessa forma, a utilização de um segundo sintagma definido opera apenas como um reforço à identificação do referente, por meio de uma reapresentação desse referente sob outra perspectiva. Entretanto, algumas construções encontradas nos editoriais que constituem parte do *corpus* desta pesquisa demonstraram que, muitas vezes, o autor do texto emprega uma aposição com correferência estrita (SN com artigo definido + SN com artigo definido) justamente quando não está seguro de que o referente designado na primeira unidade será facilmente identificado pelo interlocutor. Os exemplos abaixo demonstram que, diferentemente do que é dito por Nogueira (1999), em alguns casos, a segunda unidade definida da aposição é que apresenta a concepção de referente que, do ponto de vista do enunciador, já faz parte do conhecimento prévio do leitor:

[70] Os comentários de que haveria pizza davam certeza de que *o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT -SP), o Paulinho da Força*, seria absolvido no Conselho de Ética da Câmara (A Gazeta, 04 de dezembro de 2008).

[71] Réu em ação penal e denunciado em inquéritos no Supremo Tribunal Federal, por diversos atos de corrupção, *o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força*, foi absolvido pelo Conselho de Ética da Câmara (A Gazeta, 04 de dezembro de 2008).

Os exemplos acima demonstram que, apesar de ser empregado um sintagma definido na primeira unidade, é a unidade B da aposição – *o Paulinho da força* – que melhor esclarece o termo aparentemente menos conhecido que constitui a unidade A: *o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP)*. Dessa forma, a utilização de um segundo sintagma definido opera como um indispensável reforço à identificação do referente, visto que o locutor não está seguro de que seu interlocutor identificará tal referente apenas com o conteúdo veiculado no primeiro sintagma.

Quanto às estruturas que apresentam um sintagma nominal definido na unidade A e um sintagma nominal com determinante zero na unidade B, segunda ocorrência mais significativa no *corpus* (24%), apesar de a segunda unidade também reapresentar o referente sob outra perspectiva, em algumas ocorrências, sua principal função não é a de auxiliar na identificação do referente, mas a de veicular uma informação a mais sobre o referente já mencionado. Assim, se na aposição entre sintagmas nominais definidos o segundo elemento apresentou-se, em alguns casos, como o mais conhecido do leitor, o mesmo não ocorre nas construções que apresentam SN com artigo definido na unidade A + SN com determinante zero na unidade B. Os exemplos demonstraram que, neste caso, ocorre exatamente o inverso: o conteúdo da primeira unidade da aposição veicula uma referência aparentemente suficiente para o entendimento por parte do interlocutor:

[72] O departamento do Tesouro triplicou as vendas de títulos de dívida para ajudar a financiar *o déficit orçamentário – reflexo da crise financeira do país* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

[73] Não há razão econômica para tanto, pois a inflação acumulada no período foi de 80,05%, conforme apurado pelo *Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*, *termômetro oficial adotado pelo Banco Central* (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

Em [72] e [73], os sintagmas da segunda unidade – *reflexo da crise financeira do país* e *termômetro oficial adotado pelo Banco Central* – não foram empregados com o objetivo de explicar o conteúdo da primeira unidade – *déficit orçamentário* (maior saída de dinheiro em relação à entrada, num determinado período) e *Índice de Preços ao Consumidor Amplo* (índice oficial do governo de medida de inflação) –, mas, por intermédio dos sintagmas com determinante zero, o autor apresenta um comentário adicional, não determinante para o auxílio da identificação dos referentes. Aparentemente, na concepção do autor do texto, seu interlocutor já se encontra familiarizado com a referência empregada na unidade A da aposição, o que dispensa maiores especificações.

As aposições que apresentam um sintagma nominal com artigo definido na primeira unidade e um substantivo próprio na segunda obtiveram a terceira maior frequência no total de construções analisadas nos editoriais: representaram 17% do total. São exemplos dessas construções:

[74] No clima de mobilização para revigorar o sistema financeiro, o *ministro da Fazenda, Guido Mantega*, afirma que as nações emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), defendem que Estados Unidos e Europa melhorem a regulamentação de seus sistemas bancários (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

[75] O *ministro da Fazenda, Guido Mantega*, tem boa sugestão para que, na reunião de cúpula, todos não terminem "com as mãos abanando". Ele defende a redução das taxas de juros no mundo todo, inclusive no Brasil (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

As formas sintáticas SN com artigo definido + SN com Substantivo próprio configuraram, na maioria das ocorrências, a relação semântica de correferência estrita, em que o enunciador, através de um SN definido, restringe o alcance da

referência até o limite que a deixa inconfundível: Guido Mantega é o ministro da Fazenda (AZEREDO, 2008, p. 238).

Os exemplos de construções apositivas acima citados reforçam as proposições de Halliday (1985) quando este afirma que, apesar de se enquadrarem no tipo de relação lógico-semântica por elaboração – em que a unidade secundária não introduz um elemento novo para o fato –, as aposições fornecem uma melhor caracterização para um elemento que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo. Assim, como afirma Azeredo (2003, p. 37), o elemento sintático aposto (a segunda unidade da aposição), ao contrário do que divulga a tradição gramatical, não é uma construção redundante, cuja função limita-se a reduplicar o chamado termo fundamental, mas é, na verdade, decisivo como peça dos componentes retórico e argumentativo dos textos.

As três mais expressivas ocorrências de formas sintáticas das construções apositivas nos editoriais (SN com artigo definido + SN com artigo definido, SN com artigo definido + SN com determinante zero e SN com artigo definido + SN com substantivo próprio) encontram-se, na significativa maioria das ocorrências, na base da relação semântica de correferência, estritamente ligada aos propósitos comunicativos do gênero editorial, conforme veremos nas discussões que se seguem.

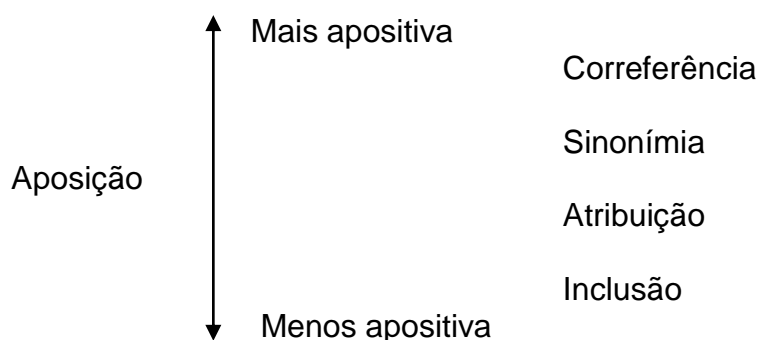
4.1.2. Relações semânticas entre as unidades em aposição

Nesta pesquisa, assumimos com Meyer (1992) e Nogueira (1999) um estudo da aposição baseado na abordagem de categorização por protótipos. Essa perspectiva de gramática não-discreta, como dito anteriormente, não busca determinar se uma estrutura pertence ou não à categoria das construções apositivas, mas procura trazer algumas reflexões sobre a extensão em que uma determinada estrutura pertence a essa categoria. Dessa forma, como esclarece Nogueira (1999), as construções apositivas não devem ser definidas apenas por um traço (como a correferência estrita), mas por um conjunto de traços característicos. A autora acrescenta que a categorização por protótipos possui flexibilidade para acomodar novas estruturas, que são associadas a uma categoria prototípica (talvez

como membros periféricos), sem necessariamente exigir uma reestruturação do sistema de categorias.

Baseando-nos nas propostas feitas por esses autores, consideramos, para análise dos dados desta pesquisa, uma escala semântica que considera as seguintes relações: correferência, sinonímia, atribuição e inclusão. Tal escala prevê uma gradação entre uma relação de equivalência entre os elementos, como ocorre na correferência (mais apositiva), e uma relação livre e assimétrica, como se observa na particularização (menos apositiva). O esquema abaixo demonstra com maior clareza essa escala das relações semânticas:

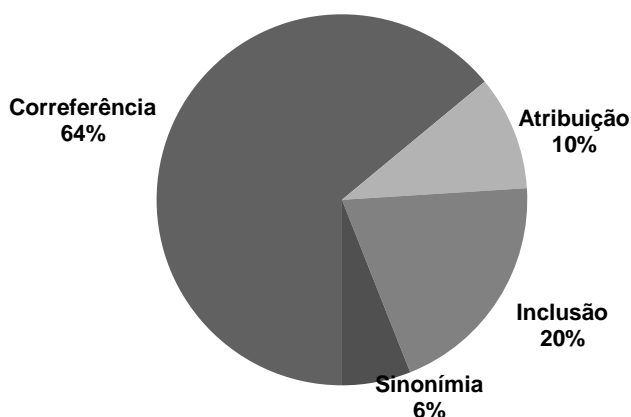
Figura 01: Escala das relações semânticas



As construções apositivas que apresentam a relação de correferência são consideradas mais apositivas, conforme já mencionado, pelo fato de os elementos em aposição referirem-se a uma mesma entidade que constitui o referente do discurso. Tais aposições são, portanto, estruturalmente simétricas, isto é, suas unidades apresentam a mesma capacidade de configuração distribucional (NOGUEIRA, 1999, p.62). Em contrapartida, as relações de atribuição e inclusão são consideradas menos apositivas por se revelarem assimétricas, ou seja, somente uma das unidades pode ser suprimida.

O gráfico 01, exposto abaixo, apresenta a frequência das relações semânticas nos editoriais:

Gráfico 01: Frequência das relações semânticas no gênero editorial



Os dados desta pesquisa demonstram que, apesar de não ser vista como condição necessária para a existência de uma construção apositiva, a identidade referencial – ou correferência – é a relação semântica mais recorrente nos dois gêneros analisados. Resultado semelhante foi encontrado por Nogueira (1999), ao estudar os gêneros técnico, oratório e dramático. Segundo a pesquisadora, o fato de a correferência ser significativa na quantificação das estruturas apositivas deve-se à hipótese de que a identidade referencial é, de fato, uma característica prototípica da aposição. Conforme vemos no gráfico 01, no gênero editorial, a correferência apresentou frequência muito superior às demais relações semânticas: foram 19 (dezenove) ocorrências, o que contabilizou um percentual de 64% do total das construções.

A relação semântica de correferência exerce, nos editoriais, um importante papel de promover uma apresentação mais explícita do referente, garantindo sua identificação por parte do leitor, como ocorre nos exemplos que seguem:

- [76] O teto da remuneração dos vereadores é a quantia equivalente a 60% do que recebem os deputados estaduais. Isso não quer dizer que necessariamente tenha de ser atingido o máximo. Até porque *o salário de referência - o dos deputados* - também não foi debatido com a população (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

- [77] Mas a principal notícia nesse front vem de um grupo de dissidentes do chavismo, liderado pelo governador do Estado de Lara, Henri Falcón. *Sua nova legenda, Pátria Para Todos*, defende o rompimento com a lógica política polarizada que divide o país (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

Conforme já discutido, embora o editorial seja um gênero que busca menor comprometimento em relação ao conteúdo enunciado, não poucas vezes, as construções apositivas que apresentam a relação semântica de correferência, além de propiciarem uma melhor apresentação do referente, funcionam como importantes recursos argumentativo-persuasivos, conforme exemplificado abaixo:

- [78] Ao manipular a justiça da Venezuela e determinar a prisão do presidente da TV *Globovisión*, *canal crítico ao governo*, Hugo Chávez mais uma vez se valeu, na semana passada, de sua principal tática política (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

- [79] Nos Estados Unidos, os *democratas – partido de Barack Obama* – já se articulam em torno da idéia de criar um órgão de regulação de risco das instituições financeiras (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

Mais do que precisarem o conteúdo da unidade A, as unidades B dos enunciados [78] e [79] – *canal crítico ao governo* e *partido de Barack Obama* – apresentam, implicitamente, um direcionamento argumentativo: em [78], a segunda unidade da aposição guia o leitor a inferir que Hugo Chávez determinou a prisão do presidente da TV *Globovisión* por não aceitar críticas ao seu governo. Hugo Chávez exerce, portanto, um poder ditatorial e repressivo. Quanto ao exemplo [79], percebe-se que, ao longo do texto, o editorial posiciona-se favorável à ideia dos democratas de criar um órgão de regulação de risco das instituições financeiras. O editorialista chega a afirmar que essa é uma medida que surge para dar tranquilidade aos investidores e ao sistema econômico como um todo. Como o editorial de onde foi extraído esse exemplo também se posiciona a favor do governo Obama (ainda que indiretamente), a unidade B da aposição, neste caso, objetiva correlacionar as providências tomadas pelos democratas para minimizarem a crise econômica ao presidente Barack Obama, inferindo, assim, que o novo presidente começou seu

mandato adotando medidas eficientes no combate à crise, ao contrário do que fez o antigo presidente, George W. Bush.

As construções citadas acima demonstram que a relação semântica de correferência nas unidades em aposição exerce importante papel no propósito comunicativo do gênero editorial. Assim como outros (como dados numéricos, escolhas lexicais, etc.), a identidade referencial constitui-se importante recurso no direcionamento argumentativo do gênero em questão.

Quanto às formas sintáticas das construções apositivas correferenciais, Nogueira (1999, p. 175) diz que tal relação encontra-se codificada nas estruturas constituídas de um termo com artigo indefinido e outro com artigo definido, tal como em [80], ou entre termos com artigo definido, como em [70]. No *corpus* desta pesquisa, além das estruturas citadas pela autora, a correferência apareceu codificada, também, pela estrutura constituída por um termo com artigo definido na unidade A e um termo com determinante zero na unidade B, como em [79]:

[80] A gigantesca mobilização consolidou *um feito inédito na história: a eleição do primeiro afro-descendente para a Casa Branca*, o que representa expressivo avanço de cidadania (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[70] Os comentários de que haveria pizza davam certeza de que *o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT -SP), o Paulinho da Força*, seria absolvido no Conselho de Ética da Câmara (A Gazeta, 04 de dezembro de 2008).

[79] Nos Estados Unidos, *os democratas – partido de Barack Obama* – já se articulam em torno da idéia de criar um órgão de regulação de risco das instituições financeiras (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

Na relação de inclusão, segunda maior ocorrência nos editoriais (20%), o locutor objetiva deixar seu interlocutor mais esclarecido quanto a um determinado referente, empregado na primeira unidade apositiva de forma mais genérica, conforme demonstrado nas ocorrências abaixo:

[81] No clima de mobilização para revigorar o sistema financeiro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que *as nações emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China)*, defendem que Estados Unidos e Europa

melhorem a regulamentação de seus sistemas bancários (A Gazeta, 08 de novembro de 2008).

- [82] Obama encarna a imagem do novo. Do líder nato moldado num contexto de modernidade. Despontou sem precisar ser comparado com *afro-americanos notáveis, como Martin Luther King*, entre outros (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

Na relação semântica de inclusão, estão inseridas as particularizações e as exemplificações. Conforme mencionado, a inclusão é a relação mais periférica no que diz respeito ao conceito de aposição. Como bem observam Quirk *et al* (1972), tal relação exige a presença de um indicador explícito (*como, em especial, por exemplo, inclusive, entre eles, etc.*), o que não ocorre com as relações de correferência, sinonímia e atribuição. A partir do teste de permuta sugerido por Meyer (1992), entendemos o caráter periférico das construções com relação de inclusão, uma vez que a supressão de uma das unidades, como em [82a], e a inversão das unidades A e B, como em [82b], tornam os enunciados, na maioria das vezes, inaceitáveis:

- [82a] ?Obama encarna a imagem do novo. Do líder nato moldado num contexto de modernidade. Despontou sem precisar ser comparado com *Martin Luther King*, entre outros (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

- [82b] *Obama encarna a imagem do novo. Do líder nato moldado num contexto de modernidade. Despontou sem precisar ser comparado com *Martin Luther King, como afro-americanos notáveis*, entre outros (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

Quanto à relação de atribuição, esta apresentou frequência de 10% nos editoriais. Na relação de atribuição, os autores evidenciam suas atitudes, crenças e julgamentos em relação aos referentes do discurso (NOGUEIRA, 1999, p. 179). São consideradas atributivas as construções em que a segunda unidade é um sintagma indefinido, como em [83], ou em que um dos sintagmas tem determinante zero, como em [72].

[83] Disparadamente, o caso mais gritante foi verificado na Capital do Estado. Prevaleceu o *macrorreajuste de 147%, um acinte à opinião pública* (A Gazeta, 10 de dezembro de 2008).

[72] O departamento do Tesouro triplicou as vendas de títulos de dívida para ajudar a financiar o *déficit orçamentário – reflexo da crise financeira do país* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

A baixa frequência da relação semântica de atribuição nos editoriais, conforme discutiremos mais detalhadamente a seguir, corrobora a constatação de que, nesse gênero, a opinião do autor não é muito evidenciada, mas o direcionamento de sentido é feito por intermédio de outros recursos, já mencionados.

Na relação de sinonímia (6%), por meio de expressões definidoras e reformulações, como explica Nogueira (1999), o autor visa ao esclarecimento do significado da primeira unidade. Para tanto, o editorialista busca uma expressão mais adequada para designar o conteúdo veiculado pela unidade inicial. São exemplos de sinonímia:

[84] Também ex-deputado estadual, José Ramos figura como réu em duas ações. Ambos [Mateusão Vasconcelos e José Ramos] foram denunciados pelo Ministério Público Estadual por envolvimento no *Esquema das Associações – artifício de desvio de dinheiro público apontado como base do chamado mensalão capixaba, com participação de pelo menos oito deputados*. Teriam sido surrupiados cerca de R\$ 26,7 milhões. (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

[85] Neste ano, o governo não tem do que se queixar sobre o desempenho da arrecadação. Em dez meses, já totaliza *R\$ 576,59 bilhões, montante 10,33% acima do registrado no mesmo período de 2007* (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

Como ocorre na relação de correferência, na relação semântica de sinonímia, ao reformular o conteúdo expresso na primeira unidade da aposição, o enunciador insere, na segunda unidade, um direcionamento argumentativo, como

ocorre em [84]: ao mencionar que o desvio de quase R\$ 26,7 milhões dos cofres públicos por políticos capixabas é chamado de *mensalão capixaba*, o enunciador correlaciona tal artifício – conforme denomina – ao maior escândalo político sofrido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o chamado *Escândalo do Mensalão* ou *Esquema de compra de votos de parlamentares*. Quando estabelece essa relação, o editorialista busca chamar a atenção do seu leitor para a grave dimensão dos crimes cometidos pelos novos prefeitos Mateusão Vasconcelos (PTB) e José Ramos (DEM).

4.1.3. Funções textual-discursivas das construções apositivas

As construções apositivas manifestam diferentes funções textual-discursivas, que estão estritamente associadas aos propósitos comunicativos dos gêneros textuais. Nogueira (1999, p. 181) sugere, para a análise quantitativa dos dados de sua pesquisa, as seguintes funções textual-discursivas: (i) reformulação (paráfrase referencial, paráfrase linguística, inclusão e correção), (ii) identificação e (iii) avaliação (referenciações anafóricas e catafóricas). Neste estudo, assumimos com Nogueira (1999) basicamente a mesma tipologia das funções textual-discursivas associadas ao emprego das aposições, entretanto, no que diz respeito à função de avaliação, julgamos importantes algumas considerações.

Conforme observado no *corpus* desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à função de avaliação, as funções textual-discursivas sugeridas por Nogueira (1999) não ocorrem nos enunciados de forma excludente, ao contrário, em muitas construções, tais funções coexistem, como em [86]:

[86] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio: vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

No exemplo acima, ocorrem, simultaneamente, as funções de identificação e avaliação, visto que, além de a primeira unidade da aposição introduzir no discurso um referente que só será especificado na segunda unidade –

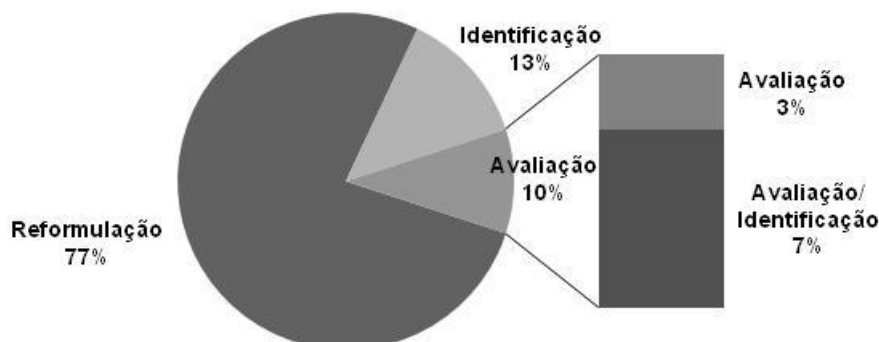
o que é característico da função de identificação –, existe ainda, na unidade A, uma intervenção avaliativa por parte do locutor por intermédio do rótulo *grave desafio* – característica da função de avaliação. A função de avaliação pode coexistir, também, com a função de reformulação. Nesses casos, além de buscar garantir a compreensão do conteúdo formulado na primeira unidade, o enunciador emite, na segunda unidade, suas crenças em relação ao que está sendo dito. No fragmento abaixo, por exemplo, o enunciador não só esclarece o que é o *Le Monde Diplomatique* – jornal francês –, como também emite sua opinião a respeito do jornal: para ele, o *Le Monde Diplomatique* é um jornal sem grande credibilidade, visto que este defende causas sem importância, desde que tenham origem no Terceiro Mundo:

[87] Conhecido simpatizante de Fidel, Ignacio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*, jornal francês que advoga qualquer causa sem graça que tenha origem no Terceiro Mundo, sustenta que a globalização tornou a América Latina mais pobre (VEJA, 09 de maio de 2007).

Diante do exposto, adotaremos neste trabalho, além das classificações sugeridas por Nogueira (1999) para as funções textual-discursivas – reformulação, identificação e avaliação –, três subclasses para a função de avaliação. São elas: (i) *avaliação* – o locutor intenciona apenas emitir um juízo de valor; (ii) *avaliação/identificação* – o locutor introduz um referente e faz uma avaliação a respeito desse referente e (iii) *avaliação/reformulação* – o locutor busca garantir a compreensão do conteúdo e emite uma avaliação acerca do enunciado. Dessa forma, será possível visualizar nos gráficos a ocorrência de sobreposição de funções.

O gráfico 02 apresenta a frequência das funções textual-discursivas no gênero editorial:

Gráfico 2: Frequência das funções textual-discursivas no gênero editorial



A reformulação é, significativamente, a função textual-discursiva mais frequente no gênero editorial: representou 77% das ocorrências, como vemos no gráfico acima. Esse resultado demonstra que, nos editoriais, no que diz respeito ao processo de aposição, a preocupação maior do escritor é fazer com que seus leitores identifiquem, com precisão, os referentes mencionados. Nas construções que se seguem, expõem-se exemplos de reformulação com paráfrase referencial – cujos principais objetivos são reapresentar, na segunda unidade da aposição, o referente de uma forma diferente, ou, ainda, especificar o conteúdo da unidade A, como em [88]; e reformulação com paráfrase não-referencial – em que ocorre a equivalência semântica, e não a referencial, como em [84] :

[88] Mas a principal notícia nesse front vem de um grupo de dissidentes do chavismo, liderado pelo *governador do Estado de Lara, Henri Falcón* (Folha de S. Paulo, junho de 2010).

[84] Também ex-deputado estadual, José Ramos figura como réu em duas ações. Ambos foram denunciados pelo Ministério Público Estadual por envolvimento no *Esquema das Associações – artifício de desvio de dinheiro público apontado como base do chamado mensalão capixaba, com participação de pelo menos oito deputados* (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

Nos editoriais selecionados, a relação semântica de correferência encontra-se na base das reformulações referenciais e a relação de sinonímia

encontra-se na base das reformulações não-referenciais, o que reforça a ideia de que a identificação dos referentes, por intermédio de reapresentações mais explícitas e explicações definidoras, é a principal função exercida pela aposição. Entretanto, conforme comentado anteriormente, não poucas vezes, as estruturas com relação de correferência e sinonímia, além de apresentarem o referente sob outra perspectiva, apresentam, também, um direcionamento argumentativo, conforme já demonstrado.

A função textual-discursiva de identificação, a segunda mais recorrente nos editoriais (13%), opera uma referenciação catafórica, cujo principal objetivo é introduzir um referente a partir de um ambiente de expectativa, colocando-o, assim, em evidência. São exemplos de identificação:

[89] Pela primeira vez os chefes de Estados integrantes do G20 se reúnem. *A causa é relevante e urgente: buscar entendimento para a adoção de medidas que neutralizem os efeitos da crise financeira e impulsionem a economia* (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

[90] Para que a economia atinja esse resultado se exigirá forte indução por parte do governo, em *três variáveis: redução de juros, de impostos e expansão do crédito* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

Além de criar um ambiente de expectativa, através da referenciação catafórica, conforme enfatiza Azeredo (2008, p. 513), ao evidenciar o núcleo primário da aposição dando a ele especial relevo, como em [89] e [90], o autor chama a atenção do leitor para o conteúdo a ser enunciado. A identificação torna-se, portanto, um importante recurso de realce de informações, rompendo com a linearidade do relato das informações para despertar a atenção do interlocutor.

Quanto à função textual-discursiva de avaliação, esta apresentou a menor frequência nos editoriais analisados: apenas 10% das ocorrências. A relação semântica de atribuição encontra-se na base da função de avaliação e, normalmente, configura-se pela estrutura sintática em que uma das unidades apresenta uma expressão indefinida ou uma expressão com determinante zero. São exemplos da função de avaliação encontrados nos editoriais:

[83] Disparadamente, o caso mais gritante foi verificado na Capital do Estado. Prevaleceu o *macrorreajuste de 147%, um acinte à opinião pública* (A Gazeta, 10 de dezembro de 2008).

[72] O departamento do Tesouro triplicou as vendas de títulos de dívida para ajudar a financiar o *déficit orçamentário – reflexo da crise financeira do país* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

As demais construções com função de avaliação configuraram-se em referências catafóricas. Nessas expressões, as funções de avaliação e identificação coexistem, visto que, além de apresentar, na segunda unidade da aposição, um novo referente, o locutor manifesta, na primeira unidade, sua opinião em relação ao que diz:

[86] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio: vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[80] A gigantesca mobilização consolidou *um feito inédito na história: a eleição do primeiro afro-descendente para a Casa Branca, o que representa expressivo avanço de cidadania* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

A alta frequência da função de reformulação (77%), em oposição à baixíssima ocorrência da função de avaliação (10%), argumenta a favor da hipótese levantada nesta pesquisa de que, nos editoriais, apesar de sempre propor uma orientação de sentido por intermédio das inferências, o enunciador limita, em muito, suas intervenções avaliativas diretas.

4.2. AS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NOS ARTIGOS DE OPINIÃO – ASPECTOS GERAIS

Se os editoriais representam a opinião oficial do jornal diante dos fatos de maior repercussão no momento, os artigos de opinião, por sua vez, são reconhecidos como o gênero jornalístico em que um especialista apresenta sua opinião sobre um determinado assunto. Os artigos de opinião são textos assinados, por isso, a avaliação emitida vincula-se, diretamente, ao nome do autor, trazendo para este a responsabilidade de tudo o que está sendo enunciado. Além dessa natureza autoral dos editoriais, como bem evidencia Melo (1985), por se tratar de colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, os artigos de opinião conferem liberdade completa aos seus autores, principalmente no que diz respeito ao tema selecionado, ao juízo de valor emitido e, também, em relação ao modo de expressão verbal. Conforme exposto nos exemplos abaixo, nos artigos selecionados para esta pesquisa, essas características mencionadas por Melo (1985) apresentaram-se de forma bem evidente.

No que diz respeito ao modo de expressão verbal, quando comparados aos editoriais, os artigos de opinião veiculados na revista VEJA revelam que seus autores gozam de grande liberdade quanto às escolhas lexicais. Ao contrário do que ocorre no primeiro gênero analisado, não poucas vezes, são empregadas, nos artigos, expressões com teor pejorativo, como exemplificado em [91] e [92]:

[91] Os *idiotas* latino-americanos tradicionalmente se identificam com os caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas (VEJA, 09 de maio de 2007).

[92] Quero crer que o *moinho satânico do liberalismo* (para lembrar a expressão com que o poeta William Blake caracterizou a Revolução Industrial) tem permitido não só enxergar melhor esses surtos e atos falhos aristocráticos – corporativos, tribais e arcaicos –, mas também promover uma consciência de repúdio que tem se manifestado em todas as esferas da sociedade (VEJA, 15 de agosto de 2007).

Ainda no que tange às escolhas lexicais, além dos termos pejorativos, os autores dos artigos também utilizam como recurso argumentativo um vocabulário mais rebuscado e complexo, que confere maior autoridade acerca do tema debatido:

[93] Esse *lapso intelectual* seria praticamente *inócuo* se não tivesse consequências. Mas, pelo fato de legitimar um tipo de governo que está no *âmago do subdesenvolvimento* econômico e político da América Latina, *esse lapso* se constitui numa forma de traição intelectual (VEJA, 09 de maio de 2007).

[94] Tais *injunções* podem parecer *utópicas* ao leitor moderno. Como poderia qualquer sociedade sofisticada funcionar se todas as dívidas fossem canceladas a cada cinquenta anos – ou, ainda pior, como o Deuteronômio parece sugerir, a cada sete anos? No entanto, sabemos que tais cancelamentos de dívidas aconteciam de fato no mundo antigo. Em 1788 a.C., por exemplo, cerca de 500 anos antes do tempo de Moisés, o rei Rim-Sin, de Ur, *baixou um édito* que declarava todos os empréstimos nulos e inválidos, *extirpando* alguns dos primeiros credores de dinheiro conhecidos da história (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Além de instaurarem posições através da seleção lexical, os artigos de opinião veiculam seus posicionamentos também através da semântica do deboche e da ironia, conforme demonstrado em [95] e [96]:

[95] Quanto à negação das atrocidades sandinistas, Pinter faria bem em lembrar o massacre dos índios misquitos, em 1981, na costa atlântica da Nicarágua. Sob a fachada de uma campanha de alfabetização, os sandinistas, com a ajuda de militares cubanos, tentaram doutrinar os misquitos com a ideologia marxista. Os índios recusaram-se a aceitar o controle sandinista. Acusando-os de apoiar os grupos de oposição baseados em Honduras, os homens de Ortega mataram cinquenta índios, prenderam centenas e reassentaram à força outros tantos. O ganhador do Nobel [Harold Pinter] deveria lembrar também que seu *herói Ortega* se tornou um capitalista milionário graças à distribuição dos ativos do governo e de propriedades confiscadas, que os líderes sandinistas repartiram entre si após a derrota nas eleições de 1990 (VEJA, 09 de maio de 2007).

[96] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei. Mas, quando são os nossos, eles são vítimas da imprensa, meros aloprados, ou crianças. *Como se quer julgar o presidente do Congresso Nacional, se ele é nosso colega, amigo e nos favoreceu em inúmeras situações* (VEJA, 15 de agosto de 2007)?

Em [95], o autor, ironicamente, intitula de herói aquele que, sob sua ótica, foi responsável pela morte de dezenas de índios e revelou-se um grande oportunista ao enriquecer-se graças à distribuição dos ativos do governo e de propriedades confiscadas. Já em [96], por intermédio de uma pergunta retórica, o autor infere que o presidente do Congresso Nacional não foi devidamente julgado devido à troca de favores entre alguns políticos brasileiros. Devido a tais trocas, os políticos tornaram-se “amigos”, o que impossibilita uma atuação imparcial e, por isso, como diz o autor do artigo, prevalece a ética particularista da casa, dos amigos e da família, que manda proteger, ignorar, relevar, condescender e perdoar o “ofensor”.

Outra característica que diferencia o gênero editorial do artigo de opinião é o fato de este último apresentar a posição do autor em relação ao tema debatido de forma mais enfática. Ou seja, se nos editoriais o uso de modalizadores para minimizar a interferência avaliativa do veículo/enunciador é recorrente, nos artigos de opinião a mesma preocupação inexistente. Conforme demonstram os trechos abaixo, os autores dos artigos veiculam seus pontos de vista de maneira mais categórica, demonstrando, assim, maior comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo enunciado:

[97] *Esse é o verdadeiro significado da crise que começou em 2007. Claramente, não se trata de uma Grande Depressão na escala da dos anos 30, quando a produção americana declinou em até um terço e o desemprego alcançou 25%. Mas tampouco é apenas uma Grande Recessão. Eu a chamo de "Grande Repressão", por duas razões. A primeira é que muitas pessoas continuam em uma atitude de severa negação no que diz respeito à gravidade do choque econômico que estamos sofrendo. A outra é que as autoridades monetárias e fiscais estão fazendo tudo em seu poder para reprimir a crise* (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[98] Não se deve esquecer, todavia, de que *há ainda uma questão racial importante naquele país* [Estados Unidos]. Ora, se lá o problema existe, como explicar o fenômeno Obama? A questão central é que *lá se reconhece haver o problema*. Isso quer dizer o seguinte: *há integração profissional e econômica nos Estados Unidos. Brancos e negros dividem os postos na política, nas empresas, nas escolas e, de forma especial, na mídia* (VEJA, 12 de novembro de 2008).

A partir do exposto a respeito do gênero artigo de opinião, verificaremos nas análises seguintes que, tal como ocorre nos editoriais, as construções apositivas, tanto em seus aspectos formais, quanto em seus aspectos semânticos e discursivos, estão intimamente relacionadas aos propósitos comunicativos dos artigos de opinião.

4.2.1. Aspectos formais das construções apositivas

Como ocorreu nos editoriais, no que diz respeito às propriedades sintáticas, a aposição também apresentou, nos artigos de opinião, grande diversidade formal. A tabela 02 exibe a distribuição bastante pulverizada das estruturas sintáticas nas construções apositivas presentes nos artigos de opinião. Como feito na análise dos editoriais, discutiremos mais detalhadamente as ocorrências com percentual mais significativo.

TABELA 04: Formas sintáticas das construções apositivas nos artigos de opinião

| FORMAS SINTÁTICAS | Editorial | |
|---|-----------|----|
| | Nº | % |
| SN (com artigo definido) + SN (com artigo definido) | 5 | 09 |
| SN (com artigo definido) + SN (subst. próprio) | 9 | 16 |
| SN (com artigo definido) + SN (com artigo indefinido) | - | - |
| SN (com artigo definido) + SN (det. zero) | 3 | 06 |
| SN (com artigo definido) + Oração | 4 | 08 |
| SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo indefinido) | 1 | 02 |
| SN (com artigo indefinido) + Oração | 2 | 03 |
| SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo definido) | - | - |
| SN (nome próprio) + SN (com artigo definido) | 1 | 02 |
| SN (nome próprio) + SN (artigo indefinido) | 1 | 02 |

| | | |
|--|-----------|-----------|
| SN (nome próprio) + Oração | 1 | 02 |
| SN (subst. próprio) + SN (det. zero) | 7 | 13 |
| SN (det. zero) + SN (com artigo definido) | 2 | 03 |
| SN (pronome possessivo) + SN (com artigo definido) | 1 | 02 |
| SN (det. zero) + SN (det. zero) | 1 | 02 |
| SN (pronome possessivo) + SN (subst. próprio) | 1 | 02 |
| SN (com numeral) + SN (com artigo definido) | 1 | 02 |
| SN (com numeral) + SN (subst. próprio) | 1 | 02 |
| SN (com numeral) + SN (det. zero) | 1 | 02 |
| SN (com numeral) + SN (com artigo definido) | 2 | 03 |
| SN (com pronome demonstrativo) + Oração | 1 | 02 |
| SN (com pronome demonstrativo) + SN (subst. próprio) | 1 | 02 |
| Sintagma preposicionado + Oração | 2 | 03 |
| Sintagma preposicionado + SN (det. zero) | - | - |
| Sintagma preposicionado + SN (nome próprio) | - | - |
| Sintagma preposicionado + SN (artigo indefinido) | 2 | 03 |
| Oração + SN (det. zero) | 1 | 02 |
| Oração + SN (artigo indefinido) | 2 | 03 |
| Oração + Oração | 2 | 03 |
| TOTAL | 55 | 99 |

A tabela 02 demonstra que as estruturas que apresentam sintagmas nominais com artigo definido na unidade A e sintagmas nominais com substantivo próprio na unidade B da aposição foram as mais frequentes nos artigos de opinião: 16%. Conforme demonstrado em [99] e [100], nos artigos de opinião, os sintagmas com artigo definido na primeira unidade, na maioria das ocorrências, fazem alusão a uma titulação ou a um cargo exercido. A segunda unidade, por sua vez, veicula o nome próprio do dono do título ou ocupante do cargo:

[99] *O presidente francês, Nicolas Sarkozy*, falou na cúpula do G-20 em Washington como se pudesse salvar a economia mundial sozinho (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[100] *O primeiro-ministro inglês, Gordon Brown*, tentou dar uma impressão semelhante, reivindicando a autoria da política de recapitalização bancária (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Alguns autores de gramáticas normativas da língua portuguesa afirmam que uma das unidades da aposição, o componente sintático aposto, é considerada um termo acessório pelo fato de, segundo eles, tal elemento poder ser suprimido da oração sem trazer danos ao sentido do enunciado (CUNHA, 1979). Do ponto de vista sintático, as aposições com correferência estrita, como as mencionadas acima, por se enquadrarem no protótipo de aposição – segundo os critérios sugeridos por Meyer (1992) – realmente podem ter qualquer uma das unidades apagada. Todavia, do ponto de vista discursivo, tal apagamento pode comprometer a identificação do referente, como vemos nos exemplos abaixo retirados do *corpus* desta pesquisa:

[101] Por sua vez, *o secretário do Tesouro, Henry Paulson*, revelou-se um discípulo inconsciente de John Maynard Keynes, promovendo um enorme déficit governamental, num esforço não apenas para socorrer o setor financeiro, mas também para prover um substituto do setor público para o consumo do setor privado, que vem caindo sensivelmente (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[102] Houve alvoroço quando *o secretário do Tesouro, Timothy Geithner*, requisitou 300 bilhões de dólares adicionais para dar novas injeções de capital ao Citigroup, ao Bank of America e aos outros sete grandes bancos, apenas uma semana depois de impor uma sofrida "megafusão" à indústria automobilística (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Em [101] e [102] o autor utiliza um mesmo sintagma definido – *o secretário do Tesouro* – para designar dois referentes distintos: *Henry Paulson* e *Timothy Geithner*. Por serem construções que estão inseridas em um mesmo texto (2009, *o ano da Grande Repressão*), a importância discursiva da segunda unidade da aposição é evidenciada, visto que, se esta for apagada, o autor do artigo não tem a garantia de que o seu interlocutor identificará o verdadeiro referente. Portanto, somente a partir do contexto (com certo grau de dificuldade) e, mais imediatamente, a partir da unidade B da aposição, o leitor pode distinguir os dois referentes: o primeiro como sendo o secretário do Tesouro americano no governo de George W. Bush, e o segundo, o secretário do Tesouro americano no atual governo, o de Barack Obama.

A forma sintática SN com substantivo próprio + SN com determinante zero apresentou a segunda maior ocorrência nos artigos: 13%. Apesar de ter configurado,

em algumas construções, a relação semântica de atribuição, conforme demonstrado em [103], na maioria das ocorrências, tal estrutura codificou a relação de correferência, como exemplificado no fragmento [104]:

[103] Com a separação precoce dos pais, ganha um padrasto oriental e vai viver na *Indonésia, país asiático distante e remoto*, e posteriormente retorna, ainda criança, para ser criado por um casal de idosos brancos – seus avós maternos. Esse legítimo Ph.D. em diversidade humana vai depois estudar em duas universidades de ponta de seu país, Columbia e Harvard, onde conviveu com parte importante da elite branca dos Estados Unidos (VEJA, 12 de novembro de 2008).

[104] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

A terceira maior ocorrência, a forma sintática SN com artigo definido + SN com artigo definido, representou 9% do total de ocorrências. Embora a utilização de dois sintagmas com artigo definido normalmente codifique a típica relação de correferência estrita, nos artigos selecionados, tal configuração também reuniu as relações de sinonímia – exemplo [105] – e inclusão – exemplo [106]:

[105] A "*Chimérica*" – a *relação simbiótica entre a China e os Estados Unidos* – não apenas sobreviveu à crise, como ganhou com isso. Ainda que alguns liberais ficassem assombrados com a decisão do presidente Obama de participar da primeira cúpula do G-2 em Pequim, em abril, a maioria reconheceu que o comércio deveria se sobrepôr à questão do Tibete em um período de crise econômica como aquele (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[106] As *outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros* – estavam praticamente paralisadas (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Os dados explicitados acima demonstram que a principal função da aposição, tanto nos editoriais quanto nos artigos de opinião, é a de garantir a plena

identificação dos referentes por parte do interlocutor para que a comunicação ocorra de forma integral. Entretanto, principalmente no que diz respeito ao gênero artigo de opinião, conforme veremos em discussões futuras, a relação semântica de atribuição – em que o autor evidencia suas crenças e juízos – também exerceu importante papel no ato comunicativo e no cumprimento do propósito discursivo do gênero. Tal relação foi codificada, dentre outras, pelas formas sintáticas SN com artigo definido + Oração e SN com artigo definido + SN com det. zero, respectivamente exemplificadas nos fragmentos [107] e [108]:

[107] Populistas têm características básicas comuns: o voluntarismo do caudilho como um substituto da lei, a impugnação da oligarquia e sua substituição por outro tipo de oligarquia, a denúncia do imperialismo (com o inimigo sempre sendo os Estados Unidos), a projeção da luta de classes entre os ricos e os pobres para o terreno das relações internacionais, a idolatria do estado como uma força redentora dos pobres, *o autoritarismo sob a aparência de segurança de estado e clientelismo, uma forma de paternalismo pela qual os empregos públicos – em oposição à geração de riqueza – são os canais de mobilidade social e uma forma de manter o voto cativo nas eleições* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[108] O Idiota também credita a Chávez a mais progressista de todas as políticas – ter colocado *as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico*, para trabalhar em programas sociais (VEJA, 09 de maio de 2007).

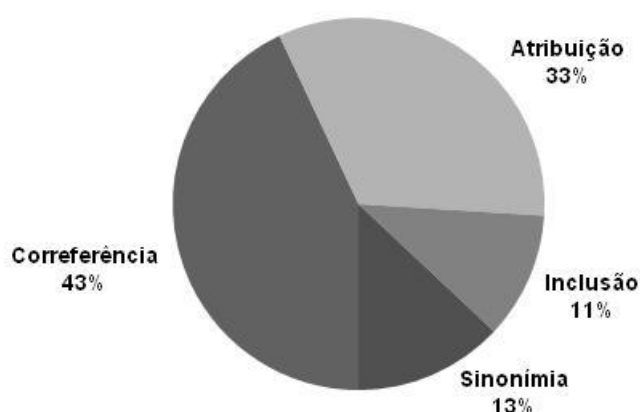
Diferentemente do que aconteceu nos editoriais, em que as três formas sintáticas mais recorrentes representaram 68% do total das aposições, nos artigos de opinião, as construções apositivas apresentaram maior diversidade formal, conforme demonstrado na tabela 2. Neste gênero, as três formas sintáticas mais frequentes representaram, apenas, 38% do total de ocorrências apositivas. Essa distribuição mais pulverizada das estruturas sintáticas nas construções apositivas presentes nos artigos pode ser justificada pelo fato de serem os artigos de opinião veiculados na revista VEJA linguisticamente mais elaborados. Conforme mencionado em páginas anteriores, os editoriais dos periódicos analisados, em especial do jornal A Gazeta, possuem uma formatação bastante padronizada, tanto no tamanho – número de palavras –, quanto na estruturação sintática: apresentam

períodos mais curtos e menos complexos; número mais limitado de orações subordinadas; preferência pela ordem direta sujeito/verbo/complemento, etc. Já nos artigos, o autor desfruta de maior liberdade para compor o texto, o que lhe permite variar mais em relação às escolhas linguísticas.

4.2.2. Relações semânticas entre as unidades em aposição

Tal como feito nas análises dos editoriais, para o estudo das relações semânticas no gênero artigo de opinião, assumimos uma tipologia que considera as seguintes relações: correferência, sinonímia, inclusão e atribuição. O gráfico 03, apresentado abaixo, evidencia a frequência dessas relações nos artigos:

Gráfico 03: Frequência das relações semânticas no gênero artigo de opinião



Conforme registrado no gráfico 03 e tal como aconteceu nos editoriais, a correferência foi a relação semântica que apresentou maior percentual nas construções apositivas presentes nos artigos: representou 43% do total de ocorrências. Os números divulgados neste estudo corroboram a ideia de que, apesar de não ser vista como uma condição necessária para a existência de uma construção apositiva, a identidade referencial, ou correferência, é uma característica prototípica da aposição.

Curiosamente, a relação de correferência nos artigos apresentou formações que se tornaram bastante recorrentes, chegando a representar 56% do

total de ocorrências correferenciais. Tais configurações consistem na apresentação de uma titulação (ou cargo) na primeira unidade da aposição e um nome próprio na segunda, como em [109], e o inverso, ou seja, um nome próprio na primeira unidade da aposição e uma titulação na segunda, como em [104]:

[109] *A chanceler alemã, Angela Merkel*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[104] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Conforme explica Azeredo (2003, p. 32), apesar de o nome próprio ter, em tese, autonomia referencial – ele se basta como meio de apontar para seu referente –, nem sempre, porém, a identificação do referente a que se aplica um nome próprio se faz sem o uso de outros signos que o determinem, qualifiquem ou especifiquem. Conforme demonstrado nos exemplos [109] e [104], é comum o usuário da língua vincular ao nome próprio uma expressão capaz de substituí-lo na identificação do respectivo referente – *a chanceler alemã* e *ex-secretário do Tesouro*. Todavia, como bem evidencia Azeredo (2003, p. 32), “a utilidade discursiva dessas expressões não está no fato de apontar para o mesmo referente do nome próprio – o que as tornaria redundantes e dispensáveis – mas no de adicionar uma informação relevante na situação comunicativa”. Assim, a ocorrência frequente dessa formatação apositiva talvez se justifique pelo fato de os temas dos artigos estarem especificamente vinculados à política e à economia: corrupção política, eleição de Barack Obama, chefes de Estado populistas e crise econômica. Nessas áreas de atuação, a titulação ou o cargo que o indivíduo possui ou exerce é uma informação de grande importância, visto que é tal titulação que lhe outorga autoridade e, conseqüentemente, atribui maior valor aos seus comentários e às suas tomadas de decisão. Assim, em [109], a manifestação de desaprovação de Angela Merkel em relação ao déficit americano excessivamente grande possui maior valor argumentativo pelo fato de ser ela a chanceler alemã. Da mesma forma, em [104], os temores de Robert Rubin em relação à crise econômica americana só se

configuraram mais relevantes por ser ele o ex-secretário do Tesouro, situação que confere a Rubin maior autoridade sobre o tema em questão. O fato de sempre haver novas pessoas ocupando esses cargos públicos faz com a veiculação do nome próprio, aposta ao cargo que exerce, torne a referenciação mais completa, facilitando ao leitor a identificação exata do referente. Como resume Azeredo (2003, p.32), “a aposição vem assim em socorro de um complexo mecanismo referencial-interpretativo que a simples menção do nome próprio não é suficiente para desencadear”.

As construções que apresentaram tais configurações (nome próprio + titulação e titulação + nome próprio) codificaram, na maioria das vezes, a correferência estrita – um dos protótipos da aposição –, pois exibem o maior número possível dos traços característicos dessa relação semântica, conforme verificado nos seguintes testes sugeridos por Meyer (1992):

1) a primeira unidade da aposição pode ser suprimida:

[109a] *Angela Merkel*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[104a] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

2) a segunda unidade da aposição pode ser suprimida:

[109b] A *chanceler alemã*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[104b] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

3) as unidades da aposição podem ser permutadas:

[109c] *Angela Merkel, a chanceler alemã*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[104c] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro, Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Como já mencionado, a supressão de um dos elementos da aposição é possível do ponto de vista sintático/formal das construções, todavia, do ponto de vista discursivo, de acordo com o que foi observado em discussões anteriores, tal apagamento acarreta sim consequências para o sentido geral do enunciado, visto que todas as unidades apositivas apresentam importante valor argumentativo/persuasivo nos gêneros analisados.

A forma sintática SN com substantivo próprio + SN com determinante zero, em alguns casos, codificou, também, a relação de correferência parcial, visto que somente alguns traços da aposição prototípica são exibidos, como demonstrado abaixo:

[110] Conhecido simpatizante de Fidel, *Ignacio Ramonet, editor do Le Monde Diplomatique*, jornal francês que advoga qualquer causa sem graça que tenha origem no Terceiro Mundo, sustenta que a globalização tornou a América Latina mais pobre (VEJA, 09 de maio de 2007).

[111] *No Levítico, livro do Antigo Testamento*, capítulo 25, Deus ordena que os filhos de Israel observem um jubileu a cada cinqüenta anos (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

No primeiro exemplo, a ausência de um determinante, mais especificamente, de um artigo definido na segunda unidade, torna a permuta entre os elementos inviável, gerando uma construção incompleta do ponto de vista sintático. Além disso, a expressão *jornal francês que advoga qualquer causa sem*

graça que tenha origem no Terceiro Mundo distancia os dois primeiros elementos que estão em oposição – *editor do Le Monde Diplomatique* e *Ignacio Ramonet* – tornando a sentença sintática e semanticamente mal estruturada:

[110a] *Conhecido simpatizante de Fidel, *editor do Le Monde Diplomatique*, jornal francês que advoga qualquer causa sem graça que tenha origem no Terceiro Mundo, *Ignacio Ramonet* sustenta que a globalização tornou a América Latina mais pobre (VEJA, 09 de maio de 2007).

Já em [111], o apagamento da primeira unidade torna a referência a respeito da ordenança de Deus incompleta, dado que, apesar de ser mencionado o capítulo, não é possível saber a qual livro do Antigo Testamento o autor está se referindo:

[111a] *No livro do Antigo Testamento, capítulo 25, Deus ordena que os filhos de Israel observem um jubileu a cada cinqüenta anos (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Ao contrário do que ocorre com as construções que apresentam a correferência estrita, em que todos os critérios da prototipia são satisfeitos, nesses exemplos, a permuta entre os elementos ou o apagamento de uma das unidades torna a sentença inaceitável do ponto de vista sintático e/ou torna a referência incompleta, impossibilitando a plena comunicação.

Os exemplos citados neste trabalho demonstram que a relação semântica de correferência exerce um papel indispensável de promover uma apresentação mais explícita do referente, garantindo sua identificação por parte do interlocutor. Mas, além dessa função, a correferência também desempenha, tanto nos editoriais quanto nos artigos de opinião, importante papel argumentativo/persuasivo, pois, como destaca Azeredo (2003, p. 29), a qualquer ato de referência corresponde necessariamente uma intenção de sentido. Assim, ao selecionar os sintagmas e estabelecer uma relação de correferência entre eles, o interlocutor apresenta uma percepção do objeto segundo o ponto de vista que melhor se ajusta às suas intenções enunciativas.

Diferentemente do que ocorreu nos editoriais, nos artigos de opinião, como já era esperado, a atribuição apresentou a segunda maior frequência: 33%. Os gráficos 02 e 03 demonstram que a relação de atribuição manifestou-se, percentualmente, de forma bastante diferenciada nos dois gêneros analisados: teve frequência de 10% nos editoriais, contra os já mencionados 33% nos artigos.

Por ser a atribuição uma relação em que os autores evidenciam suas atitudes, crenças e julgamentos em relação aos referentes discursivos, o propósito comunicativo de cada um dos gêneros, de acordo com o que já foi mencionado, justifica valores tão díspares: a natureza de porta-voz da instituição jornalística atribuída ao editorial faz com que os editorialistas, na maioria das vezes, exponham suas opiniões de forma menos explícita, buscando, assim, menor comprometimento em relação ao conteúdo enunciado. Já os artigos de opinião, por serem textos assinados, proporcionam maior liberdade em relação às interferências avaliativas, pois os juízos emitidos vinculam-se, diretamente, ao nome do autor, trazendo para este a responsabilidade de tudo o que está sendo enunciado. São exemplos de atribuição nos artigos:

[103] Com a separação precoce dos pais, ganha um padrasto oriental e vai viver na *Indonésia, país asiático distante e remoto*, e posteriormente retorna, ainda criança, para ser criado por um casal de idosos brancos – seus avós maternos. Esse legítimo Ph.D. em diversidade humana vai depois estudar em duas universidades de ponta de seu país, Columbia e Harvard, onde conviveu com parte importante da elite branca dos Estados Unidos (VEJA, 12 de novembro de 2008).

[108] O Idiota também credita a Chávez a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as *Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico*, para trabalhar em programas sociais (VEJA, 09 de maio de 2007).

Segundo Nogueira (1999), a relação de atribuição é codificada, principalmente, pela forma sintática SN (com artigo definido) + SN (com determinante zero), como ocorre nos fragmentos acima. Entretanto, nos artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa, a configuração sintática da relação semântica de atribuição mostrou-se bastante pulverizada. As relações atributivas em que uma das unidades é uma oração foi a mais recorrente:

[107] Populistas têm características básicas comuns: o voluntarismo do caudilho como um substituto da lei, a impugnação da oligarquia e sua substituição por outro tipo de oligarquia, a denúncia do imperialismo (com o inimigo sempre sendo os Estados Unidos), a projeção da luta de classes entre os ricos e os pobres para o terreno das relações internacionais, a idolatria do estado como uma força redentora dos pobres, *o autoritarismo sob a aparência de segurança de estado e clientelismo, uma forma de paternalismo pela qual os empregos públicos – em oposição à geração de riqueza – são os canais de mobilidade social e uma forma de manter o voto cativo nas eleições* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[112] A cada sete anos, Deus disse a Moisés, *os filhos de Israel não deveriam nem semear seus campos, nem podar suas videiras – uma espécie de recessão auto-imposta* (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Quanto à relação semântica de sinonímia, esta representou, nos artigos de opinião, percentual idêntico ao do gênero editorial: 13%. Nesta relação, conforme dito, quando não está seguro de que o teor da unidade A será bem interpretado por seu interlocutor, o autor reformula o conteúdo dessa primeira unidade, a fim de oferecer ao seu interlocutor um significado mais específico e esclarecido. São exemplos de sinonímia:

[42] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[113] *Esse caráter assimétrico da crise global – o fato de que o choque foi maior na periferia que no epicentro* – teve lá suas desvantagens para os Estados Unidos, é verdade (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Em [42] e [113], o autor insere as reformulações com o intuito de atribuir maior precisão conceitual aos sintagmas *O mito do bom selvagem* e *Esse caráter assimétrico da crise global*. A relação de sinonímia demonstra a preocupação do autor em tornar o seu texto acessível a todos os leitores da revista VEJA – de onde foram retirados os textos. Por ter consciência de que esta não é uma revista

destinada a um público específico (com conhecimentos prévios), mas é lida por pessoas de diversos segmentos da sociedade, o locutor, através das explicações definidoras, torna o texto mais didático e, portanto, mais compreensível. O fato de as reformulações exigirem mais detalhamento do conteúdo enunciado justifica a maior ocorrência de formas sintáticas do tipo SN definido + Oração, como mostram os fragmentos citados.

A relação de inclusão apresentou frequência de 11% do total de ocorrências. Nos dados analisados, as exemplificações, como em [46], e as particularizações, como em [106], tipificaram essa relação.

[46] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como A Internacional e Hasta Siempre, Comandante* (VEJA, 09 de maio de 2007).

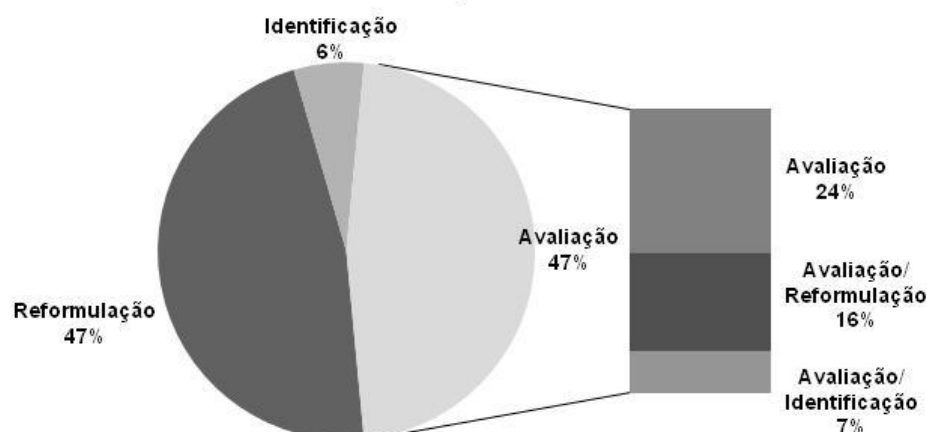
[106] *As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros – estavam praticamente paralisadas* (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Nas exemplificações, por ser o significado da primeira unidade mais amplo, a segunda unidade exerce a função de especificá-lo, auxiliando, assim, na construção da referência. Já nas particularizações, a segunda unidade apositiva exerce a função de enfatizar uma parte do conjunto de referentes designados pela primeira unidade. Como dito, em relação à aposição prototípica, a inclusão é a mais periférica, pois somente a segunda unidade pode ser suprimida e raramente os elementos apositivos podem ser permutados.

4.2.3. Funções textual-discursivas das construções apositivas

O gráfico 04 representa a frequência das funções textual-discursivas no gênero artigo de opinião:

Gráfico 04: Frequência das funções textual-discursivas no gênero artigo de opinião



No gênero artigo de opinião, as funções de reformulação e avaliação apresentaram percentual idêntico: 47% do total de ocorrências, conforme demonstrado no gráfico acima. O percentual das funções textual-discursivas das posições nos artigos está estritamente relacionado às intenções comunicativas desse gênero discursivo, como demonstrarão as discussões que se seguem.

A partir da noção de *contexto de situação* proposta por Halliday (1985), temos defendido, neste estudo, a premissa de que o gênero artigo de opinião caracteriza-se, quanto ao campo, pela defesa de um ponto de vista representando a opinião de um especialista no tema em questão; e, quanto à relação, pela autoridade e pela liberdade conferidas ao escritor para opinar. Assim, de um modo geral, o artigo de opinião cumpre, basicamente, dois propósitos comunicativos: opinar sobre um tema que esteja em voga na atualidade e, também, trazer informações aos leitores – ainda que tais informações estejam carregadas de direcionamentos argumentativos, conforme veremos adiante.

Como mencionado no referencial teórico deste trabalho, a função de reformulação possui em sua base as relações semânticas de correferência (estabelece uma paráfrase referencial), de sinonímia (estabelece uma paráfrase não-referencial, em que há equivalência semântica) e de inclusão (o significado do segundo elemento está incluído no significado do primeiro). De acordo com o que já temos observado a respeito dessas relações semânticas, podemos concluir que as construções apositivas com função de reformulação desempenham, no texto, o papel de levar o interlocutor à compreensão plena do conteúdo da referenciação.

Assim, quando o autor não está seguro de que o seu interlocutor entendeu o sentido pretendido ou não identificou o referente mencionado, ele insere uma explicação definidora ou uma expressão que funcione como um reforço ao referente. São exemplos da função de reformulação encontrados nos artigos:

[114] Ben Bernanke, o presidente *do Fed, o banco central americano*, está aplicando a lição de Milton Friedman e Anna Schwartz em *História Monetária dos Estados Unidos* – um livro cujo argumento é o de que a Depressão foi, em grande medida, culpa do Fed daquele período, que não injetou liquidez em um sistema bancário a ponto de implodir. (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[42] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização* – impregnou a mente europeia (VEJA, 09 de maio de 2007).

No exemplo [114], o autor utiliza, na segunda unidade, uma paráfrase referencial para reforçar a identificação do referente. Já em [42], o enunciador utiliza uma paráfrase não-referencial, ou seja, uma expressão com equivalência semântica, para melhor definir a referência da primeira unidade. Quando o conteúdo de uma expressão é reformulado, além de garantir que o leitor compreenda o enunciado, o autor, na maioria das vezes, insere uma informação nova para o seu interlocutor, ampliando, assim, o estoque de informações do leitor. Por isso, além de avaliativos, os artigos também são textos informativos.

Quanto à função de avaliação, esta é significativa na diferenciação dos gêneros editorial e artigo de opinião. A diferença expressiva de ocorrência dessa função nos dois gêneros (10% nos editoriais contra 47% nos artigos) reforça a hipótese de que há, nos artigos de opinião, maior comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo que profere.

Os três tipos de avaliação demonstrados no gráfico 04 (avaliação, avaliação/identificação e avaliação/reformulação) indicam as sobreposições de funções e as diferentes estratégias para uma intervenção avaliativa. Na avaliação, o falante aduz, na unidade B da aposição, um juízo de valor em relação ao que está posto na unidade A:

[115] *Enquanto o Idiota latino-americano não for relegado aos arquivos históricos – algo difícil de acontecer enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio* –, isso não vai mudar (VEJA, 09 de maio de 2007).

[116] *Ou as perdas foram desinfladas, numa contabilidade que atribui valor nominal e não de mercado aos ativos – artifício necessário, dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis* –, ou aconteceram em algum lugar fora do sistema bancário. Seja lá qual for a alternativa correta, o sistema de crédito quebrou (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

Nos fragmentos acima, as expressões *algo difícil de acontecer* e *artifício necessário* veiculam claramente a opinião dos locutores em relação ao que está postulado anteriormente. Os autores não fornecem, juntamente com a avaliação, nenhuma outra informação que contribua com a referência propriamente dita, apenas avaliam o que foi dito em A e justificam suas manifestações através das expressões *enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio* e *dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis*.

Na chamada avaliação/reformulação, ocorre a coexistência de duas funções, visto que, além de emitir uma avaliação, o autor insere um reforço à identificação do referente, como mostram os fragmentos abaixo:

[117] *O falecido Gerald D. Feldman, a maior autoridade mundial no estudo da hiperinflação alemã de 1923*, traçou um paralelo entre o antigo Yovel hebreu e a liquidação de todos os títulos de dívida em marcos como resultado do colapso da moeda alemã (embora, como ele mesmo prontamente admitia, os perdedores não tenham ficado nem um pouco jubilosos) (VEJA, 31 de dezembro de 2008).

[118] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como *um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei* (VEJA, 15 de agosto de 2007).

Em [117], a unidade B da aposição, além de esclarecer que o falecido Gerald D. Feldman era um estudioso da hiperinflação alemã de 1923, emite um julgamento do autor em relação ao referente: ele era a *maior autoridade mundial* no estudo da hiperinflação. Em [118] ocorre o mesmo processo: o autor, além de esclarecer que um indivíduo é um cidadão sujeito à lei, emite uma avaliação: um indivíduo é um *mero* cidadão, ou seja, uma pessoa sem privilégios ou regalias.

Na função de avaliação/identificação, as funções de avaliação e identificação coexistem. Nessas construções, a avaliação do enunciador aparece na primeira unidade da aposição:

[51] O Idiota também credita a Chávez *a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[41] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Na identificação, as aposições caracterizam-se pela construção de referentes no discurso: a primeira unidade introduz uma referência que será especificada pela segunda. Apesar de os termos indefinidos serem normalmente utilizados para introduzir um referente no discurso, e os definidos, para retomar um referente já estabelecido – como ocorre em [41] –, algumas vezes, como adverte Nogueira (1999), um primeiro elemento pode apresentar-se como definido, mas são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem especificidade, conforme verificado em [51].

A função de identificação é caracterizada por criar um ambiente de expectativa em relação ao que será dito. Por intermédio da catáfora, o locutor focaliza o conteúdo enunciado, chamando mais a atenção do seu leitor. Mas além do ambiente de expectativa, nos casos supracitados, há, também, uma avaliação por parte do locutor explicitada no uso da expressão *a mais progressista de todas as políticas* e *um ponto essencial*.

O alto índice de ocorrência da função de avaliação no gênero artigo de opinião (47%), em contraste com a pequena porcentagem dessa mesma função no

gênero editorial (10%), nos permite inferir, juntamente com outras evidências linguísticas, que, apesar de serem tratados como gêneros jornalísticos opinativos, eles apresentam níveis diferenciados de comprometimento avaliativo, ou seja, nos artigos de opinião, o autor expõe mais claramente suas crenças e pontos de vista. Já nos editoriais, a informação, com vistas à argumentação e persuasão, exerce função preponderante. Ao contrário do que ocorre nos artigos, nos editoriais, a persuasão estabelece-se, normalmente, a partir do relato dos fatos, isentando a instituição de opiniões explícitas.

CONCLUSÃO

Nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, o estudo das unidades apositivas (em especial, do elemento sintático aposto), além de ser feito com frases soltas, desvinculadas do contexto enunciativo, com frequência, recebe atenção limitada, dando a entender que este já é um tema esgotado e, portanto, pouco relevante – o que não se confirma quando analisamos as construções em seus usos efetivos. A partir de uma investigação que se propôs tomar o texto e o discurso como objetos de análise, buscamos evidenciar, nesta pesquisa, não só as contradições que existem em relação à conceituação e classificação do aposto, mas, acima de tudo, a importante função que a construção apositiva exerce nas situações reais de comunicação.

Com vistas a acomodar, sob o rótulo da aposição, o maior número possível de construções, adotamos, com Nogueira (1999) e Meyer (1992), uma abordagem por protótipos. Nesta perspectiva, as construções apositivas são definidas não por um traço apenas, mas por um conjunto de traços característicos, como: (i) cada uma das unidades em aposição pode ser separadamente omitida sem afetar a aceitabilidade da sentença resultante; (ii) cada unidade apositiva exerce a mesma função nas sentenças resultantes; (iii) não há diferença entre a sentença original e qualquer das sentenças resultantes em termos de referência extralinguística. As construções que exibem o maior número desses traços são consideradas o protótipo da categoria. Desta forma, além das aposições ditas plenas, analisamos, também, as periféricas, considerando o traço comum entre as diferentes construções: a natureza centrípeta das unidades A e B.

Tomando-se por base os estudos de Nogueira (1999) em relação aos aspectos formais, semânticos e discursivos da aposição, propusemos-nos a investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos dos gêneros editorial e artigo de opinião.

No que diz respeito às propriedades sintáticas, observamos que a frequência de construções apositivas que apresentam um sintagma nominal definido nas duas unidades foi significativamente a mais alta nos dois gêneros analisados: nos editoriais representou 46% das ocorrências; e, nos artigos, 38%. Por tal configuração sintática codificar, na maioria dos casos, a correferência estrita, os

números demonstram que a principal função da aposição, tanto nos editoriais quanto nos artigos de opinião, é a de garantir a plena identificação dos referentes por parte do interlocutor para que a comunicação ocorra de forma completa.

Ainda com respeito às formas sintáticas, os dados demonstraram também que as três mais expressivas ocorrências de formas sintáticas das construções apositivas nos editoriais (SN com artigo definido + SN com artigo definido, SN com artigo definido + SN com determinante zero e SN com artigo definido + SN com substantivo próprio) encontraram-se na base das relações semânticas de correferência e sinonímia, estritamente ligadas ao propósito comunicativo do gênero editorial: a informação com vistas à argumentação/persuasão. Já nos artigos de opinião, as construções apositivas apresentaram formas sintáticas bastante pulverizadas, mas as configurações SN com artigo definido + Oração e SN com artigo definido + SN com determinante zero, que codificaram, na maioria das ocorrências, a relação semântica de atribuição, apresentaram percentual também significativo: 14%.

Quanto às relações semânticas, chamamos especial atenção para o fato de a atribuição ter tido frequência consideravelmente maior no gênero artigo de opinião: neste gênero, a relação de atribuição representou 33% do total de ocorrências, enquanto que, nos editoriais, representou apenas 10% do total das construções. Por ser essa uma relação que evidencia as crenças do locutor em relação ao tema debatido, a partir dessas porcentagens, defendemos a hipótese de que tal resultado relaciona-se com o fato de os artigos de opinião apresentarem maior comprometimento opinativo do que os editoriais, que baseiam suas argumentações nas informações previamente selecionadas.

Assim como ocorreu com a relação semântica de atribuição, a função textual-discursiva de avaliação apresentou índice de ocorrência bem superior nos artigos de opinião – 47% nos artigos, contra 10% nos editoriais. Mais uma vez, entendemos que esse resultado está relacionado com os propósitos comunicativos dos gêneros: ainda que o editorial tenha a defesa de um ponto de vista como intuito discursivo, a argumentação ocorre por meio da informação, ou seja, os fatos são minuciosamente selecionados e expostos, com vistas a influir sobre a opinião do leitor. Por se tratar de um texto que se configura como a voz do veículo, as opiniões não são retratadas de forma direta e explícita. Já nos artigos de opinião, as opiniões e avaliações são veiculadas com mais clareza. Por ser assinado, o artigo confere liberdade completa

ao seu autor em relação aos juízos emitidos e, também, ao modo de expressão verbal (MELO, 1985).

Considerando os resultados encontrados em relação às formas sintáticas, às relações semânticas e às funções textual-discursivas, podemos concluir este estudo inferindo que as construções apositivas estão intimamente relacionadas à intenção comunicativa dos gêneros editorial e artigo de opinião. Diferentemente daquilo que normalmente é divulgado nos compêndios tradicionais em relação ao aposto (a unidade B da aposição), os elementos em aposição não só exercem importantes papéis na construção dos referentes discursivos, mas são também recursos linguísticos indispensáveis na produção de significados e no alcance dos propósitos enunciativos dos gêneros editorial e artigo de opinião.

Finalizamos este estudo ratificando a proposição da teoria sistêmico-funcional de que as escolhas linguísticas realizadas pelos usuários da língua não são aleatórias, mas fazem parte de um complexo processo de produção de significados em que cada elemento assume papel indispensável.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- AZEREDO, José Carlos de. O aposto e o intertexto. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- _____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- AZEVEDO, A. Vivaldo. *Noções de jornalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (orgs.). Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- _____. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1. e 2. graus*. São Paulo: Companhia, 1989.
- _____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- CARVALHO, José Augusto. *Gramática superior da língua portuguesa*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1979.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: MACHADO, A. P.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al* (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIAS, Nilza Barrozo. *Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo*. Veredas/ UFJF. Vol. 8, 2004, p. 63-77.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. (V. 01)

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 1985.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. *Transitivity in grammar and discourse*. Language, 1980.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola editora, 2008.

MARTELOTTA, M. Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado *et al*. (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MEYER, C. F. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.

NASCIMENTO, Karina C. de Sousa. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *A aposição em língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 1996.

_____. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara, 1999a.

_____. Aposição e co-referencialidade. In: Veredas, v.2, n.2. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999b.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. O sujeito está se topicalizando? In: *Revista Saberes Letras*. Vitória, v.2, n.1, 2004, pp. 47 - 57.

PINHEIRO, João Batista Gonçalves. *Análise sintática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1990.

QUIRK, Randolph *et. al.* *A grammar of contemporary english*. London / New York: Longman, 1972.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SACCONI, Luís Antonio. *Nova gramática: teoria*. 10. ed. São Paulo: Atual, 1989.

SAID ALI, Manuel. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.